

Arielle Chaves dos Santos

**UTILIZAÇÃO DA ERVA DE GUINÉ PARA A
CONTEXTUALIZAÇÃO DA LEI 10.639/03
NO ENSINO DE QUÍMICA**

Itumbiara
2014

Arielle Chaves dos Santos

**UTILIZAÇÃO DA ERVA DE GUINÉ PARA A
CONTEXTUALIZAÇÃO DA LEI 10.639/03
NO ENSINO DE QUÍMICA**

Projeto de pesquisa apresentado à banca examinadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus de Itumbiara, para conclusão do curso de Licenciatura em Química.

Área de concentração: Ensino de Química

Orientador: Prof. Msc. Gláucia Aparecida Andrade Rezende

Itumbiara
2014

ARIELLE CHAVES DOS SANTOS

**UTILIZAÇÃO DA ERVA DE GUINÉ PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DA LEI
10.639/03 NO ENSINO DE QUÍMICA**

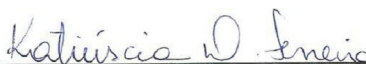
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Química do Instituto Federal de Goiás
– IFG – Câmpus Itumbiara, como parte das exigências
do curso de Licenciatura em Química para obtenção do
título de licenciado em Química.

Área de concentração: Ensino de Química

Aprovada em 18 de julho de 2014.



Prof.(a) Orientador(a). Gláucia Aparecida Andrade Rezende
IFG – Câmpus Itumbiara



Prof.(a). Katiúscia Daiane Ferreira
IFG - Câmpus Itumbiara



Prof.(a). Blyeny Hatalita Pereira Alves
IFG - Câmpus Itumbiara

Itumbiara – Goiás - Brasil
Julho - 2014

Ficha Catalográfica

S237u

Santos, Arielle Chaves dos

Utilização da erva de guiné para a contextualização da lei 10.639/03 no ensino de química / Arielle Chaves dos Santos. – 2014.

63f. ; 30 cm

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Química) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, *campus* Itumbiara, 2014.

Orientação: Prof^a. Ma. Gláucia Aparecida Andrade Rezende.

1. Química – Estudo e ensino. 2. Currículos–Planejamento. 3. Abordagem interdisciplinar do conhecimento na educação. I. Rezende, Gláucia Aparecida Andrade. II. Título.

CDD: 540.7

DEDICATÓRIA

Dedico à minha família e ao meu namorado que de certa forma contribuíram para a concretização desse trabalho e a todos aqueles que, de alguma maneira estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, que se mostrou criador, que foi criativo. Seu fôlego de vida em mim foi o sustento que me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades. Agradeço este trabalho em especial aos meus pais, Luciana Rosa Chaves Santos, seu cuidado e dedicação foi que deram em alguns momentos, a esperança para seguir e Adelmo Ferreira Santos, sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada e aos meus irmãos Adrielle Chaves dos Santos e Adécio Chaves dos Santos que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida. Por fim a toda minha família por sua capacidade de acreditar e investir em mim.

Agradeço também ao meu namorado Tullio Henrique, pessoa com quem amo partilhar a vida. Com você tenho me sentido mais viva de verdade. Obrigado pelo carinho, pela paciência e por sua capacidade de me trazer paz na correria de cada semestre.

Dedico também aos meus amigos pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro da produção melhora tudo o que tenho produzido na vida.

Ao Curso de Licenciatura em Química do IFG - Campus Itumbiara, e às pessoas com quem convivi nesse espaço ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos foram a melhor experiência da minha formação acadêmica.

Agradeço ao mundo por mudar as coisas, por nunca fazê-las serem da mesma forma, pois assim não teríamos o que pesquisar, o que descobrir e o que fazer, pois através disto consegui concluir o meu trabalho de conclusão de curso.

*“Você pode sonhar, criar, desenhar e construir o
lugar mais maravilhoso do mundo...
Mas é necessário ter pessoas para transformar
seu sonho em realidade...”*

(Walt Disney)

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso apresenta os resultados de uma pesquisa sobre as concepções dos professores de química e coordenadores das escolas estaduais do município de Itumbiara-Goiás a respeito da lei federal 10.639/03 e a aplicação em sala de aula. A pesquisa tem como finalidade elaborar uma atividade, por intermédio da erva de guiné –planta de origem africana- aplicável nas aulas de química no ensino médio. As fontes de consulta utilizadas foram livros e artigos científicos. Os instrumentos de coleta de dados foram à entrevista semi estruturada composta por questionário. Percebe-se que a temática abordada não é muito trabalhada na disciplina de Química e as plantas são ótimas facilitadoras para a construção do conhecimento envolvendo a interdisciplinaridade em que se pode abordar várias assuntos como a importância da utilização das plantas nas religiões africanas e o uso na medicina natural, etc.

Palavras-chave: Lei 10639/03, interdisciplinaridade, conhecimento, cultura.

ABSTRACT

This course conclusion work presents the results of a research on the conceptions of chemistry teachers and coordinators of state schools from Itumbiara-Goiás about the federal law 10.639/03 and application in the classroom. The research aims to draw up an activity, through the grass guinea-plant-African origin applicable in chemistry classes in high school. The reference sources used were books and scientific articles. The instruments for data collection were semi-structured interview questionnaire composed. It is noticed that the selected theme is not too worked in the discipline of chemistry and plants are great facilitators for the construction of knowledge involving the interdisciplinarity that can address several issues such as the importance of the use of plants in African religions and use in natural medicine, etc.

Key words: Law 10639/03, interdisciplinarity, knowledge, culture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	– Lista de escolas estaduais do Município de Itumbiara-GO.....	30
Figura 2	– Conhecimento sobre a existência da Lei 10.639/03-coordenadores e professores.....	30
Figura 3	– Curso presente na graduação – coordenadores e professores.....	32
Figura 4	– Treinamento oferecido pela SEE – coordenadores e professores.....	32
Figura 5	– Orientações dadas pela SEE – coordenadores e professores.....	33
Figura 6	– Frequência de aplicação da Lei 10.639/03 na escola-coordenadores e professores.....	34
Figura 7	– Interdisciplinaridade na aplicação da Lei 10.639/03-coordenadores e professores.....	35
Figura 8	– Interesse dos alunos sobre a história e cultura afro-brasileiro – coordenador e professores.....	36
Figura 9	– Existência de preconceito entre aluno e professor-coordenador e professores.....	37
Figura 10	– Frequência de relatos e observações de preconceito racial na escola – coordenador e professores.....	38
Figura 11	– Qualidade da aplicação da Lei 10.639/03 - coordenadores e professores	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Nomes da erva de Guiné em outros países	29
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação

DCN'S – Diretrizes Curriculares Nacionais

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN'S – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político Pedagógico

SECAD – Secretaria da Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SEE – Secretaria Estadual de Educação

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SESI – Serviço Social da Indústria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.1 Objetivo Geral:	15
1.1.2 Objetivos Específicos:	15
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 O ENSINO NO BRASIL.....	17
2.2 O RACISMO NO BRASIL	20
2.3 LEI 10.639/03 E SEU PAPEL NA ESCOLA POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	22
2.4 AS PLANTAS E A CULTURA AFRICANA.....	27
2.5 A ERVA DE GUINÉ E SUA LIGAÇÃO COM AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS	28
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	31
3.1 CENTROS DE UMBANDA.....	31
3.2 QUESTIONÁRIOS	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	33
4.1 QUESTIONÁRIOS AOS PROFESSORES E COORDENADORES	33
4.2 QUESTIONÁRIOS AOS CENTROS DE UMBANDA	42
5 CONCLUSÃO.....	46
6 REFERÊNCIAS.....	48
7 ANEXO A.....	51
8 ANEXO B.....	56
9 ANEXO C.....	59
10 ANEXO D.....	61

1 INTRODUÇÃO

A colonização do Brasil foi embasada na agricultura e no tráfico de mão de obra escravista provinda da África. Esse tipo de escravismo criminoso permaneceu no país durante um período de 300 anos, recebendo diversas culturas do povo africano oriundos de várias localizações geográficas, sendo que todos os ciclos de produção do país possuíam vínculo com o conhecimento desses povos (CUNHA, 2010).

A colonização racista e o desrespeito da cultura da África idealizaram que o imigrante africano era caracterizado somente pela mão de obra bruta e não pensante (CUNHA, 2010). Com o intuito de desvincular a história da África com esse tipo de pensamento, a Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas públicas e particulares, do ensino fundamental ao médio, tem como função eliminar a discriminação, no intuito de formar cidadãos capazes de conviver com a diversidade cultural existente no Brasil.

O fato de propor uma aplicação da Lei 10.639/03 no ensino já torna o projeto possuidor de grande relevância, por relacionar o conteúdo curricular proposto na disciplina de Química Orgânica com a formação dos alunos, buscando ter vínculo com os diversos contextos da vida do mesmo.

O projeto de pesquisa tem como finalidade de verificar como é aplicada da lei nas escolas da rede estadual do município de Itumbiara-Goiás, sendo contextualizada na disciplina de química e na elaboração de atividades que capacitem a realização do verdadeiro exercício da cidadania e da consciência social.

A pesquisa se desenvolveu de forma bibliográfica, entrevista e elaboração de questionário. A pesquisa bibliográfica ocorreu junto a artigos, periódicos, livros, monografias, endereços eletrônicos de órgãos governamentais, entre outros. A entrevista foi realizada com os professores e coordenadores das escolas da rede estadual de Itumbiara-Goiás no intuito de verificar a aplicação da Lei 10.639/03, bem como seus conhecimentos sobre a cultura afro-brasileira e africana. A aplicação da entrevista realizou-se também em centros de umbanda para conhecer a forma e o motivo da utilização das plantas em seus cultos.

A pesquisa se torna importante uma vez que apresenta uma visão da aplicação da Lei 10.639/03 no Ensino Médio da rede estadual na cidade de Itumbiara-Goiás. A contextualização da lei citada na disciplina de química, por ter caráter científico, possui certo grau de dificuldade ao se relacionar com temas já conhecidos pelos alunos. Portanto, a pesquisa decorrente desse trabalho auxiliará os atuais e futuros professores a conhecer melhor

a lei proposta, além de mostrar uma possibilidade de como ela poderá ser trabalhada em sala de aula, de maneira dinâmica e flexível.

Para contextualizar os conteúdos de Química através da Lei 10.639/03, foram propostas atividades com a erva de guiné, que é muito utilizada em cultos e religiões afro-brasileiras para banhos espirituais e rituais de limpeza. Por ser muito conhecida pelos moradores por suas características e a utilização singular na medicina alternativa e na religião, a erva de guiné é encontrada em grande quantidade na cidade, fator o qual facilita o acesso para utilização na pesquisa.

Tal planta à época da escravidão foi apelidada pelos escravos negros no Brasil com o nome popular de amansa-senhor por causa de seus poderes mágicos que causam perturbações mentais. Era administrada em pequenas doses por um determinado tempo aos senhores de escravos, com o intuito de proteger secretamente as mulheres negras do assédio de seus escravizadores (CAMARGO, 2007).

A raiz da erva de guiné é muito utilizada na forma de pó, sendo que, ministrada em pequenas doses e durante longo tempo, pode provocar reações patológicas, tais como insônia, alucinação, pequenas convulsões, paralisia na laringe, etc. No conhecimento empírico, as folhas são utilizadas em banhos ou secas em formas de incensos com o intuito de afastar maus espíritos, mau olhar e na purificação da casa (CAMARGO, 2007).

A história da cultura africana tem grande influência na sociedade brasileira, nos alimentos, nas tradições e crenças, entre outros. Desta forma, este trabalho possui relevância social, visto que será elaborado material de apoio, na forma de plano de aula, que auxiliará na aplicação do tema durante as aulas de Química, reforçando características e crenças que são similares entre os povos africanos e também a aproximação das nossas origens históricas. Este material poderá ser utilizado por professores já formados e/ou para os que ainda estão se graduando.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral:

Propor atividades que contextualizem a Lei 10.639/03 através de conteúdos de Química.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- Averiguar como a Lei 10.639/03 é aplicada nas escolas de Ensino Médio por

intermédio dos professores, coordenadores e/ou diretores.

- Pesquisar junto aos locais, nos quais são manifestadas as religiões afro-brasileiras em Itumbiara-Goiás, a forma e o motivo da utilização da erva de guiné.
- Propor planos de que abordem a Lei 10.639/03 no ensino de Química.
- Diagnosticar as dificuldades da aplicação da Lei 10.639/03 na disciplina de Química e sua interdisciplinaridade.
- Utilizar a erva de guiné como instrumento prático para aplicação em aulas experimentais.
- Propor atividades práticas de baixo custo e de fácil acesso tanto à escola quanto ao professor e ao aluno.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O ENSINO NO BRASIL

O pensamento pedagógico brasileiro se desenvolveu a partir das teorias da Escola Nova, em que até meados do século XIX era reproduzido o pensamento pedagógico religioso medieval (GADOTTI, 2002).

Segundo Gadotti (2002), na década de 1920, reformas importantes superaram a educação jesuítica tradicional e conservadora que dominava o país. Uma delas foi a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, que tinha o otimismo pedagógico com o componente importante para reconstruir a sociedade pela educação.

Os jesuítas dominaram a educação brasileira em um curto período, entre 1759 a 1772, e nos deixaram um legado: um ensino de caráter verbalista, retórico, repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos. Era uma educação que reproduzia uma sociedade perversa, dividida entre analfabetos e doutores (GADOTTI, 2002).

Vários teóricos contribuíram para a formação do pensamento pedagógico brasileiro como, por exemplo, Rui Barbosa, que fez um balanço da educação até o final do Império em dois pareceres: o primeiro sobre o ensino secundário e superior e o segundo sobre o ensino primário (GADOTTI, 2002).

[...] Rui Barbosa prega a liberdade de ensino, a laicidade da escola pública e a instrução obrigatória [...]. O balanço mostrava o nosso atraso educacional, a fragmentação do ensino e o descaso pela educação popular, que predominaram até o Império (GADOTTI, 2002, p. 231).

O pensamento pedagógico brasileiro foi dividido em dois momentos, sendo que o primeiro foi o libertário e o segundo o progressista. A principal difusora do pensamento pedagógico libertário foi Maria Lacerda de Moura (1887-1944), que lutava por uma nação alfabetizada, além de propor a inclusão da educação física no currículo escolar. Moura afirmava que se fazia necessário despertar a vida nas crianças para haver uma auto-educação (GADOTTI, 2002).

Foi com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que houve o primeiro grande resultado político e doutrinário de 10 anos de luta da ABE, em favor de um Plano Nacional de Educação. Outro grande acontecimento ocorreu em 1938, com a fundação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), realizando o sonho de Benjamin Constant, que havia criado em 1890 o *Pedagogium*. Em 1944, o Inep inicia a publicação da Revista Brasileira de

Estudos Pedagógicos, que é uma referência da história da educação no Brasil, sendo fonte de informação e formação para os educadores brasileiros (GADOTTI, 2002).

Depois da ditadura de Getúlio Vargas, que ocorreu de 1937 a 1945, começa um período de redemocratização no país, o qual é interrompido com o golpe militar em 1964. Neste intervalo de tempo, as liberdades democráticas foram respeitadas, o movimento educacional teve um novo impulso, distinguindo-se por dois movimentos: o movimento por uma educação popular e o movimento em defesa da educação pública. Em ambos os movimentos existem posições conservadoras e progressistas (GADOTTI, 2002).

O ideal seria unir os defensores da educação popular que se encontravam nos dois movimentos, os que defendiam uma escola com nova função social, formando a solidariedade de classe e lutando por um Sistema Nacional Unificado de Educação Pública. Essa unidade passou a ser mais concreta a partir de 1988, com o movimento da educação pública popular, sustentado pelos partidos políticos mais engajados na luta pela educação do povo (GADOTTI, 2002, p. 234).

Utilizando-se de documentos que regulamentam a educação no Brasil, como é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN's – Ensino Médio), entende-se [a educação] como uma relação entre recursos materiais e humanos, além de abordar as consequências de sua aplicabilidade fora das salas de aula (BRASIL, 1999).

Na elaboração dos PCN's – Ensino Médio foi considerado pesquisas realizadas no país abordando o tema qualidade da educação nacional, destacando alguns fatores determinantes como o estado de conservação e recursos materiais disponíveis nas escolas, bons salários para os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, investimentos disponibilizados, presença dos pais na escola e na formação dos filhos, formação continuada de professores, entre outros. A partir da análise dos PCN's – Ensino Médio percebe-se alguns aspectos relevantes para a avaliação do processo educacional, como por exemplo, aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos na educação básica fora do ambiente escolar. Nesse sentido, destaca-se que nesse documento são comentados temas como a contextualização dos conhecimentos, que ainda não é um assunto tratado como foco principal da relação entre o Ensino Médio e o mercado de trabalho, principalmente para aqueles indivíduos que iniciam suas atividades industriais sem formação específica (BRASIL, 1999).

O crescimento econômico do Brasil leva a um processo de mudança acelerada no grau de escolaridade de trabalhadores na indústria e nos setores de serviço, com acentuada contratação de profissionais com ensino fundamental, ensino médio completo e, a partir do ano 2000, também do ensino superior completo. A ampliação das modalidades de ensino,

Educação de Jovens e Adultos (EJA), de Ensino Técnico articulado com o Ensino Médio e das modalidades de Ensino Tecnológico e Bacharelado no Nível Superior, ocorre em especial por meio da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Essa expansão representa um aumento de mão de obra disponível para o mercado de trabalho. Por outro lado, a demanda por pessoas qualificadas resultantes da crescente mudança econômica vivenciada pela população ainda é maior que o número de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho (DIEESE, 2008).

A falta de profissionais qualificados no mercado desde, aproximadamente, a década de 1940 têm sido motivo para a criação de sistemas educacionais especializados na formação de mão de obra para as indústrias, como é o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI) e das Escolas Técnicas. Programas, como o Telecurso, também foram pioneiros na formação de trabalhadores que já estavam atuando dentro das indústrias. Ainda assim, os problemas educacionais de formação de mão de obra ainda estão longe de serem todos solucionados, pois uma grande quantidade de trabalhadores não tiveram acesso a uma qualificação específica para seus cargos de atuação. Dessa forma, as indústrias se tornam responsáveis por qualificar seus funcionários a partir de seu ingresso na empresa (CAMPOS; RODRIGUES, 2011).

Ocorrem, ainda, problemas quanto à distribuição e qualificação dos níveis de escolaridade em termos nacionais. Os dados referentes ao nível de instrução da população brasileira indicam que a maior parte das pessoas com Ensino Médio ou Superior completo encontra-se nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil. Estas regiões também são responsáveis por 68% dos concluintes do Ensino Médio e 76% dos concluintes do Ensino Superior (BRASIL, 2010).

Com a exigência do mercado de trabalho sendo um dos fatores determinantes para uma melhoria na qualificação dos trabalhadores, nota-se também que os documentos que regulamentam a Educação Nacional como é o caso dos PCN's – Ensino Médio destacam a mudança que deve ser implantada no exercício dessa etapa da educação. Nesse sentido, admite-se nesse documento que as novas tecnologias e mudanças na produção de bens e serviços exigem que a escola possibilite uma formação que permita aos alunos uma integração nas dimensões da cidadania e do trabalho. É explicitado também nesse documento que “a formação do aluno deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação” (BRASIL, 1999).

Com os avanços históricos e científicos da ciência Química, surge a necessidade de ensinar Química e difundir a todos os conhecimentos primordiais dessa ciência. Assim, a Educação em Química constitui, segundo Chassot (1993), um marco entre a Educação e a Química, cujo objetivo principal é o Ensino de Química.

O Ensino de Química ainda é um processo em formação, portanto é primordial traçar a relação deste com os demais segmentos de importância para a Educação. Dessa forma, destaca-se a formação inicial e continuada de professores, qualidade do ensino, e relação entre o Ensino de Química e o cotidiano dos alunos. Tais itens são citados em documentos que regulamentam a Educação Nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), destacados como busca primordial por uma educação de qualidade (BRASIL, 1996).

Esta discussão sobre o ensino é cada vez mais constante, e o repensar sobre a educação faz com que seja necessário questionar as políticas educacionais, as práticas docentes e os problemas do baixo rendimento escolar existente no Brasil. Esses aspectos acabam modificando a postura do profissional envolvido com o processo de ensino, ampliando o papel da escola e do professor nas últimas décadas. Mesmo com essas mudanças, os currículos não foram muito modificados e o conteúdo químico oferecido não mantém, em muitos casos, uma relação com o cotidiano do aluno, deixando a cargo do professor a responsabilidade de acrescentar inovações em seu campo de estudo (QUADROS et al., 2011).

2.2 O RACISMO NO BRASIL

O racismo no Brasil ainda está fortemente presente na sociedade, mesmo apesar de sua negação ser frequente por parte de algumas pessoas, com o intuito de disfarçar a intenção de manter esse grupo em uma situação subalterna, ocasionando assim problemas sociais e econômicos. A colonização do Brasil teve por base o escravismo criminoso que se realizava, quase em plena totalidade, por mão de obra africana (CUNHA, 2010).

Segundo Moore (2007), o racismo não surgiu em um só lugar geográfico e cultural, nem mesmo em um determinado e único momento histórico, mas foi sendo irradiado a diversas sociedades, sendo assim um fenômeno plurigenético, aparecendo em vários pontos do planeta e em diversas épocas e culturas.

Moore (2007) também afirma que, desde a década de 1960, a análise do racismo no Brasil, apoiada pelo ativismo do movimento social negro, tem conscientizado a nação sobre sua existência. Em paralelo, estudos feitos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) juntamente com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), confirmaram, estatisticamente, que as desigualdades sociais se manifestam entre negros e brancos em diversas áreas na sociedade, como educação, mercado de trabalho, etc.

A cultura negra foi construída historicamente por grupos etnicorraciais específicos, mas contando com outros grupos e povos. Essa cultura torna-se fortemente presente no modo de vida da população brasileira em que predomina os descendentes africanos escravizados no Brasil (GOMES, 2003). Isso nos leva a perceber o multiculturalismo existente em nosso país originando a diversidade cultural, de cor de pele, tipos de cabelo e feições de cada região do Brasil, onde a construção da identidade é mediante a reflexão da diferença (SILVA, 2000).

Ainda, segundo Silva (2000), ao pensar sobre o que é identidade, considera-se as características como a língua ou códigos linguísticos e cultura ao qual identifica o povo, sendo sempre transmitida, construída e socializada.

De acordo com o dicionário Ferreira (2001), preconceito é uma ideia preconcebida, intolerância, suspeita aversão a outras raças, credos, religião, etc., e discriminação são os tratamentos diversos dado a pessoas de raças diferentes; segregação. É daí que surge a ideia de racismo que, segundo Ferreira (2001), é o sistema que afirma a superioridade de um grupo racial relativamente aos outros, onde não nos colocamos no lugar do outro saindo da esfera pessoal e vamos para o social sem perceber ou sem querer ver os danos que isso pode causar.

Mas como nós, brasileiros, definimos o racismo? De acordo com Cunha (2010), a maior parte das pessoas tem a definição de racismo como algo genérico e pouco útil para compreensão da sociedade brasileira, pensando-o como sinônimo de “ódio” entre as raças. Mas o que realmente ele representa no Brasil é o controle social entre os grupos sociais, excluindo a participação na sociedade brasileira de formas práticas e indiretamente declaradas, difundido ideias errôneas, preconceituosas ou ambíguas, que muitas vezes são imperceptíveis.

Seja pelo pensamento conservador ou pelo pensamento progressista, a história do Brasil traz ideias incompletas e algumas de certo modo errôneas sobre a população negra, tornando a identidade negra fragilizada, permitindo a desqualificação profissional e uma hierarquia social, a qual induz um conceito ou ideia de que tudo produzido por negros é de má qualidade e não tem importância, e que tudo que é produzido pelos brancos é importante e necessário (CUNHA, 2010).

Ao se fazer uma análise da história do Brasil, percebe-se que os conhecimentos

transmitidos pelos negros no tratamento da terra, mineração, construção, culturas, crenças, etc., não exercem destaque ou muitas vezes nem são citadas nos livros. Com isso, observa-se o descaso com as origens históricas do Brasil, as quais não são valorizadas pelos próprios brasileiros, por estes desconhecerem a origem de sua própria identidade cultural, sendo, então, manipulados com ideias de certo modo errôneas e incompletas dos momentos históricos da nação.

2.3 LEI 10.639/03 E SEU PAPEL NA ESCOLA POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Ser cidadão é agir com respeito, solidariedade, justiça, etc, usando o diálogo em diferentes situações, comprometendo-se com o que acontece ao redor, tanto na sociedade quanto no país. Esses valores são desenvolvidos desde os primeiros passos da criança e tomam forma quando esta começa a se relacionar com outras pessoas, principalmente na escola.

Os valores de ética, democracia e justiça devem ser trabalhados intrinsecamente em sala de aula de forma constante, no intuito de aprofundar ações educativas junto à comunidade escolar, com a construção de relações interpessoais que levem ao convívio democrático e a inclusão social. Fazem-se necessário dois fatores que determinam os princípios de uma relação social livre de preconceitos de raça, por onde a escola deve trabalhar nos alunos (LOPES, 2004):

- que os princípios de respeito, solidariedade e justiça devem expressar situações reais nos quais os estudantes terão experiências e convivam com a sua prática;
- que seja desenvolvida a capacidade de autonomia moral, isto é, a capacidade de analisar e eleger valores para si consciente e livremente.

Segundo Gomes (2003), a luta pelo direito e pelo reconhecimento das diferenças não pode resultar em práticas culturais, políticas e pedagógicas solitárias e excludentes. Destaca-se aí a escola como espaço privilegiado para estimular o diálogo da cidadania para todos.

Nesse contexto, faz-se necessária a reflexão sobre o trato pedagógico que exige o reconhecimento da diversidade e o estabelecimento de padrões de respeito, de ética e a garantia dos direitos sociais. Eis aí um ponto essencial para a construção de uma sociedade democrática (GOMES, 2003).

Outro aspecto importante é o papel ativo dos sujeitos da aprendizagem, estudantes e docentes, que interpretam e conferem sentidos aos conteúdos com os quais convivem na escola, a partir de seus valores previamente construídos e de seus sentimentos e emoções.

Já é passada a hora de corrigirmos as desigualdades históricas que incidem sobre o povo negro, construindo políticas públicas específicas para esse segmento étnico/racial. A sociedade brasileira precisa discutir e implementar ações afirmativas. E, ao discuti-las, é preciso esclarecer que a implementação dessas políticas está longe de uma prática paternalista, como dizem alguns. Implementar ações afirmativas é assumir a nossa diversidade cultural e construir uma sociedade democrática que realmente se pautar no direito e na justiça social para todos (GOMES, 2003, p. 75)

A cultura negra torna-se fortemente presente no modo de vida da população brasileira em que predomina os descendentes de africanos escravizados no Brasil. Na educação escolar, não podemos deixar de lado a compreensão e a problematização, instigando a cultura negra sem desconsiderar as desigualdades, frutos do racismo, entre negros e brancos na sociedade, não a colocando, no discurso pedagógico, apenas como algo exótico ou folclórico (GOMES, 2003).

As políticas afirmativas do governo federal, iniciadas pelo Ministério da Educação (MEC), vem implementando várias medidas com a intenção de corrigir possíveis injustiças e discriminação sobre a população negra, promovendo a inclusão social e a cidadania no sistema educacional brasileiro. Ao longo da história, o nosso país, desenvolveu um modelo excludente na educação em que milhões de brasileiros não tinham acesso à escola. Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade (Secad), o MEC iniciou a luta para garantir a inclusão de todos no sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2004).

O Brasil, Colônia, Império e República, tiveram historicamente, uma postura ativa, mas ao mesmo tempo tolerante sobre a discriminação e o racismo que atinge a população. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos, e a instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores (MOORE, 2007). O decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno, sendo montadas diversas estratégias para que a quantidade mínima possível chegasse a ter acesso à educação (MOORE, 2007).

Após a Constituição de 1988, o país buscou efetivar a condição de um estado democrático, com ênfase na cidadania e na dignidade. Contudo ainda possui uma realidade marcada pelo preconceito, racismo e a discriminação aos afro-descendentes, que enfrentam, historicamente, dificuldades de acesso e permanência nas escolas (BRASIL, 2004).

Neste contexto o governo federal sancionou, em março de 2003, a Lei nº 10.639/03, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), instituindo a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no

currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa decisão resgata e contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira (BRASIL, 2004).

O governo federal, a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a redefinir o papel do Estado como propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade e a necessidade de intervir de forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, dando importantes passos rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira (BRASIL, 2004, p.8)

A regulamentação das DCN's para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira é de responsabilidade dos conselhos de Educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dando ênfase à importância do planejamento a questão de valorizar a participação dos afrodescendentes, tanto na sociedade, na economia e na cultura da região e da localidade, definindo medidas para a formação de professores, bem como o incentivo de pesquisas (BRASIL, 2004).

Em 21 de março de 2003 criou-se a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de construir uma sociedade democrática, justa e igualitária, eliminando o preconceito, a discriminação e o racismo (BRASIL, 2004).

A temática da lei 10.639/03 vem sendo estudada por diversas áreas no ensino, como em história, geografia, matemática, entre outros, no intuito de auxiliar os professores no momento da elaboração da aula e de fornecer material de pesquisa para a compreensão, de maneira mais clara, sobre a lei citada.

A Lei 10.639/03, que é a alteração da Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional afirma que (BRASIL, 2003):

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003).

Com essa determinação os educadores passaram a ter a função de conhecer e compreender como ocorreu, ao longo da história, o contexto do racismo com o intuito de buscar valorização da cultura negra, na construção de uma sociedade democrática que respeite as diferenças e que seja contra a discriminação racial que perpetua, ainda com força, em um

país livre e com grandes variedades de culturas e crenças.

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas representações podem ser superadas. (GOMES, 2003, p.77).

Segundo Gomes (2003), o papel do educador é de suma importância para entender a representação do negro na sociedade e na escola com ênfase nas representações construídas pelo movimento negro e pela comunidade em questão. Para que essa discussão alcance resultados satisfatórios, se faz necessário a construção de práticas pedagógicas que combatam a discriminação racial e que rompam com a ideia de “naturalização” das diferenças étnicas e raciais, a qual reforça o mito da democracia racial existente no Brasil.

Somente a compreensão, a divulgação e o trabalho educativo que destaca a cultura negra, juntamente com a construção de práticas pedagógicas que se posicionem contra a discriminação racial, se tornam alternativas para lutar contra o preconceito e a discriminação na nação brasileira. Com isso, os cursos de formação e capacitação de professores são responsáveis por essa tarefa para torná-los pesquisadores nessa prática no desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que envolvam a política em questão (GOMES, 2003).

A escola tem o papel fundamental de transmitir tanto conhecimento quanto formar cidadãos capazes de conviver em sociedade, respeitando as diferenças culturais, como de estabelecer práticas pedagógicas que favoreçam a luta contra o racismo e se posicionando na divulgação da história africana e sua relação com a história do Brasil.

Porém a escola não é a única responsável pela educação étnico-racial, mas também a família, os grupos culturais, a comunidade, os meios de comunicação, entre outros. Vale ressaltar que a escola é responsável apenas por promover relações etnicorraciais positivas, causadas pela grande diversidade do público que a frequenta (VERRANGIA; SILVA, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases relaciona o ensino com a formação da cidadania, amplamente assegurada pela legislação educacional. Em suas disposições gerais no art. 22 da Lei 9.394/96, deixa clara a centralização das manifestações e a importância da educação básica no desenvolvimento do educando (BRASIL, 1996).

O art. 2º da mesma lei mostra que a educação deve ser inspirada nos princípios de liberdade e de solidariedade, com a intenção de desenvolver um cidadão que possa emergir ao mercado de trabalho com as mesmas oportunidades que todos (BRASIL, 1996).

A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção do ser

humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.

A inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica é uma decisão política, com grandes repercussões pedagógicas, principalmente na formação de professores, uma vez que se faz necessário valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem ser educados enquanto cidadãos atuantes em uma sociedade multicultural e pluriétnica para a construção de uma nação democrática.

É importante ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, social, racial e econômica brasileira, cabendo a escola incluir estudos e atividades que proporcionam também as contribuições históricas e culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das raízes africanas e europeias. A Lei 10.639/03 exige bem mais do que a inclusão de novos conteúdos, mas em repensar as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições de aprendizagem e o objetivo em si da educação oferecida pelas escolas do Brasil (GOMES, 2003).

Com a formulação da Lei 10.639/03, os estabelecimentos de ensino atribuem a responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da sociedade brasileira. As escolas também possuem a função de fiscalização para que os alunos negros deixem de sofrer os continuados atos de racismo, deixando de serem menosprezados por suas características, tal como a responsabilidade e o compromisso com o entorno sociocultural da comunidade onde se encontra na formação de cidadãos atuantes e democráticos capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudar a manter ou a reelaborar fatos e situações a partir de diferentes perspectivas em diferentes níveis de formação (GOMES, 2003).

O Brasil, por ser um país pluricultural e multiétnico, precisa de organizações escolares que garantam a todos o direito à aprendizagem e à ampliação de conhecimentos, sem negar as próprias raízes étnico/racial e aos costumes, ideias e comportamentos característicos. E estes serão os indicadores da qualidade da educação que está sendo oferecida nas escolas em diferentes níveis.

2.4 AS PLANTAS E A CULTURA AFRICANA

Há uma grande quantidade de plantas medicinais, em todas as partes do mundo, utilizadas há milhares de anos para o tratamento de doenças, através de mecanismos na maioria das vezes desconhecidos. O estudo desses mecanismos e o isolamento do princípio ativo (a substância ou conjunto delas que é responsável pelos efeitos terapêuticos) da planta é uma das principais prioridades da farmacologia. Enquanto o princípio ativo não é isolado, as plantas medicinais são utilizadas de forma caseira, principalmente através de chás, diluições, ou de forma industrializada, com extrato homogêneo da planta. Ao contrário da crença popular, o uso de plantas medicinais não é isento de risco. Além do princípio ativo terapêutico, a mesma planta pode conter outras substâncias tóxicas, uma grande quantidade de substâncias diferentes pode induzir a reação alérgica e ainda pode haver contaminação por agrotóxicos ou por metais pesados (COUTO, 2006).

Com a chegada ao Brasil dos primeiros africanos de origem banto, oriundos de regiões localizadas abaixo da linha do Equador, começaram os contatos destes com os indígenas, que foram passando seus conhecimentos sobre as plantas nativas e os papéis que as mesmas desempenhavam em seus rituais religiosos e de cura. A partir daí, os índios passaram a usá-las, também, em suas reuniões religiosas (BRANDÃO, 1997).

Sua importância é fundamental, pois nenhuma cerimônia pode ser feita sem a presença de uma planta, sendo ele o detentor do *àse* (poder), imprescindível até mesmo aos próprios deuses. O nome das plantas, sua utilização e as palavras específicas dos rituais (*ofô*), cuja força desperta seus poderes, são os elementos mais secretos do ritual no culto dos deuses iorubas (BRANDÃO, 1997).

O papel sacral, também de cunho social, tem muito a ver com a medicina popular presa a um universo sacralizado, controlador das forças sobrenaturais, desempenhando, de alguma forma, um papel de responsabilidade relativo, tanto ao aparecimento como a cura de doenças, tal como foi transmitido pelos antepassados lusitanos. Nesse sentido, destaca-se, também, o valor simbólico atribuído às plantas no universo mágico-religioso dos sistemas de crenças de origem e influência africana (MAFRO, 2006).

As plantas na medicina afro-brasileira são muito utilizadas na forma de chás, infusões, banhos, oferecendo vários tipos de tratamentos naturais a vários tipos de doenças. Na liturgia e nos rituais de religiões afro-brasileiras vê-se o uso de ervas, sejam na forma de amancis (preparar o médium para receber as energias provenientes de sua mediunidade com equilíbrio e confirmar as entidades que regem a cabeça daquele médium), imantações, banho de

descarga, etc. Isso porque as ervas detêm grande quantidade de energia vital no elemento vegetal, que através de suas combinações podem produzir efeito positivo ou negativo, como tudo que é energia no Universo.

As ervas possuem forte poder para atuarem em nossa aura, em nosso campo energético, fato este já conhecido pelos indígenas e demais povos ancestrais que já as utilizavam para diversos fins (MAFRO, 2006).

Através do uso de sua energia, as ervas podem ser classificadas quanto aos seus efeitos, sejam positivos, negativos ou neutros. Diante desse conhecimento, as religiões afro-brasileiras utilizam desse elemento para desenvolver seus rituais, seus descarregos, curas ou fortalecimento, tudo comandado pelas entidades espirituais que determinam o uso apropriado do elemento vegetal (MAFRO, 2006).

A doença nas religiões afro-brasileira é vista como um desequilíbrio de várias dimensões, não somente do corpo, mas também em caráter espiritual, diminuindo assim a força vital. A cura é alçada restabelecendo o equilíbrio com as divindades e os ancestrais, os quais guardam os conhecimentos sobre as plantas, destacando seu uso nos rituais religiosos (MAFRO, 2006).

O Brasil recebeu em diferentes proporções influências culturais da Europa, África, América e Ásia, dando características específicas a cada região, que compõe o território. As religiões afro-brasileiras acompanharam essas características regionais, se apresentando de diversas maneiras em locais distintos. Sua utilização está ligada à magia vegetomagnética, porque as plantas, além dos aspectos já comentados, são consideradas sagradas e relacionadas aos Orixás (BRANDÃO, 1997).

2.5 A ERVA DE GUINÉ E SUA LIGAÇÃO COM AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Segundo Camargo (2007), a erva de guiné, no período escravista no Brasil, era conhecida como amansa-senhor, pois era utilizada pelos negros escravos, que ministravam pequenas doses durante um longo período aos senhores de escravos no intuito de proteger as mulheres negras do assédio de seus patrões. O seu uso causava inanição, enfraquecendo o cérebro, podendo levar a morte com o uso contínuo.

É planta nativa da floresta amazônica e das áreas tropicais da América do Sul, Central, Caribe e África. Barros (1983 apud CAMARGO, 2007) diz que esta planta teria sido levada para a costa ocidental da África na 2ª metade do século XIX, pelos negros libertos que retornaram àquele continente.

Pertencente à família Phytolacaceae, com nome científico de *Petiveria alliacea* L. e *Petiveria tetrandra*, a erva de guiné é uma planta herbácea, com até 1,0 m de altura, com folhas médias de coloração verde clara curtamente pecioladas, alternas e membranosas em ramos eretos. As flores são sésseis, pequenas, em delgadas espigas bracteadas terminais e o fruto capsular pequeno (RIVAS NETO et al., 2012).

Todas as partes da planta podem ser usadas medicinalmente, sob a forma de decocto (cozimento), infuso ou na cachaça. Externamente, a guiné tem diversas aplicações analgésicas. Empregam-se as folhas em machucados, em compressas, para acalmar as dores de cabeça, dores reumáticas, dor de dentes, cefalalgias e como diurético e emenagogo (substância que facilita ou aumenta o fluxo menstrual). Em grandes doses é abortivo (COUTO, 2006).

Nas regiões do Brasil, a erva de guiné é conhecida por vários nomes, tais como guiné de caboclo, guiné-piupiu e pipi, suas raízes são geralmente utilizadas em forma de chás, porém são altamente tóxicas, podendo levar à morte se ministradas durante um grande período de tempo (LOPES, 2004).

Segundo Camargo (2007), ela é conhecida em outros países, mas por diferentes nomes. O quadro 1 mostra em quais países ela pode ser encontrada e como é conhecida.

QUADRO 1: Nomes da erva de Guiné em outros países

Países	Nomes
África	(ioruba) ojúùsájú
Argentina	anamu, apazoto-de-zorro, hierba-de-gallinitas, tipi, calauchin, mocura-caá., pipi, zorrillo
Colômbia	anamu, jazmillo, mapurita, pipi, raiz-de-pipi
Cuba	anamu, namu
El Salvador	epacina, hierba-de-tro, mazote
E.U.A.	guinea hen weed, gully root, garlic need
França	herbe aux poules, vermine puante
Guatemala	apasote-de-zorro
Haiti	ave
Honduras	ipasina
Jamaica	guinea hen weed
Martinica	arada, herbe aux poules de Guiné
México	hierba-de-la-gallinita, zorrillo, zorisso
Nicaragua	ipicina
Panamá	anamo, guinea hen weed, urgat
Paraguai	yvyné
Peru	mucura, micura, chanviro
Venezuela	calauchín, mapurite, mapurito, pipi

Em pesquisa realizada em centros de religiões afro-brasileiras na cidade de Itumbiara-GO, a erva de guiné é utilizada por caboclos e pretos velhos e pelo orixá Oxossi em suas

mirongas (a "magia" de preto-velho, a mandinga dos espíritos que se apresentam como negros idosos e sábios para ajudar os filhos que os procuram). Ainda segundo os responsáveis pelos centros de Umbanda, os orixás são como a energia vinda de um elemento primordial da natureza, representando uma força oriunda da água, terra, ar e fogo. São divindades que se conjugam e se harmonizam desdobrando-se em outras energias, que dão origem a outras manifestações da Força Divina na Natureza.

A erva de guiné é utilizada também para banho de descarrego e sacudimento. O seu uso interno é altamente restrito. Apesar de ter funções medicinais, as doses teriam que ser mínimas e muito bem administradas, para não causar efeitos nocivos que podem levar inclusive a morte (COUTO, 2006).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a execução deste trabalho, utilizou-se a pesquisa com levantamento de dados de caráter quantitativo e qualitativo, tendo como forma de coleta de informações a aplicação de questionários padrão para os professores de química no Ensino Médio e coordenadores das escolas estaduais do município de Itumbiara-GO. Também foram aplicados questionários em Centros de Umbanda situados na referida cidade. Os mesmos foram aplicados com a presença do entrevistador, com o intuito de obter o máximo de informações possíveis de forma mais clara e objetiva.

Para a aplicação dos questionários nas escolas, foi realizado um levantamento das escolas da rede estadual do município de Itumbiara-Goiás de quantos professores ministram aula de química no Ensino Médio e que possuem o curso de Licenciatura em Química completo.

Ainda nas escolas, também foram verificados o número de coordenadores que possuam curso superior completo e que estejam nesta função de coordenação ou trabalhando na escola há mais de dois anos.

3.1 CENTROS DE UMBANDA

Foram selecionados três centros de religião afro-brasileira e africana em Itumbiara-Goiás. A pessoa entrevistada é a responsável espiritual pelo centro umbandista, sendo assim responsável também por tudo que acontece antes, durante e depois de cada sessão, também conhecida como Pai ou Mãe de Santo.

Os Centros de Umbanda serão representados como Centro A, Centro B e Centro C, evitando assim a identificação dos dados dos respectivos centros.

3.2 QUESTIONÁRIOS

Para o levantamento de dados para esta pesquisa, foram aplicados questionários que foram respondidos por coordenadores e professores das escolas, e por entidades religiosas dos Centros de Umbanda da cidade de Itumbiara-Goiás.

O questionário respondido pelos professores foi composto por 11 questões, sendo três discursivas e oito objetivas.

O questionário direcionado para os coordenadores foi composto por 11 questões,

sendo duas discursivas e nove objetivas.

Algumas perguntas são comuns aos dois questionários, tanto de professores quanto de coordenadores. O objetivo desse questionário é conhecer como é a aplicação efetiva da Lei 10.639/03 no ambiente de ensino tanto em sala de aula quanto em atividades desenvolvidas em conjunto com a sociedade escolar (pais, professores, coordenadores, diretores e alunos).

Os questionários respondidos pelo Pai ou Mãe de Santo foi composto por 9 questões, sendo duas objetivas e sete discursivas. O questionário foi elaborado com linguagem simples e objetiva para que o Pai ou Mãe de Santo conseguissem compreender as questões independentemente do seu nível de escolaridade.

Os questionários constam no Anexo A.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 QUESTIONÁRIOS AOS PROFESSORES E COORDENADORES

A rede estadual do município de Itumbiara - GO possui 17 escolas, conforme mostrado na figura 1.

Código	Nome	Subsecretaria	Município
52059464	COLÉGIO ESTADUAL ADONIRÓ MARTINS DE ANDRADE	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059472	COLÉGIO ESTADUAL DAMORES DO AMARAL MEDEIROS	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059332	COLÉGIO ESTADUAL DOM VELOSO	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059502	COLÉGIO ESTADUAL DOUTOR JOSÉ FELICIANO FERREIRA	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059910	COLÉGIO ESTADUAL EMÍLIA MARIA GUIMARÃES	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059537	COLÉGIO ESTADUAL ERMELINDO FELIX DE MIRANDA	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059545	COLÉGIO ESTADUAL FELIX DE ALMEIDA	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059553	COLÉGIO ESTADUAL GENERAL CUNHA MATTOS	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059588	COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ FLÁVIO SOARES	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059340	COLÉGIO ESTADUAL POLIVALENTE DOUTOR MENEZES JUNIOR	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059600	COLÉGIO ESTADUAL RUI BARBOSA	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059626	COLÉGIO ESTADUAL SEBASTIÃO XAVIER	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059928	COLÉGIO INSTITUTO FRANCISCO DE ASSIS	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52088413	COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS - UNIDADE DIONÁRIA ROCHA	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059456	ESCOLA ESTADUAL ADELINO LOPES DE MOURA	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52059561	ESCOLA ESTADUAL HOMERO ORLANDO RIBEIRO	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA
52068757	ESCOLA SANTA RITA DE CASSIA - APAE	SRE-ITUMBIARA	ITUMBIARA

FIGURA 1: Lista de escolas estaduais do Município de Itumbiara-GO
Fonte: Secretaria Estadual de Educação (2014).

Para a aplicação dos questionários, foram selecionados 17 professores e 9 coordenadores, de acordo com os critérios de seleção adotados.

As questões que se seguem, em contexto geral, são as mesmas para os professores e coordenadores, salvo algumas exceções.

A figura 2 mostra o resultado obtido para o conhecimento dos entrevistados sobre a existência da Lei 10.639/03 e do que ela trata.

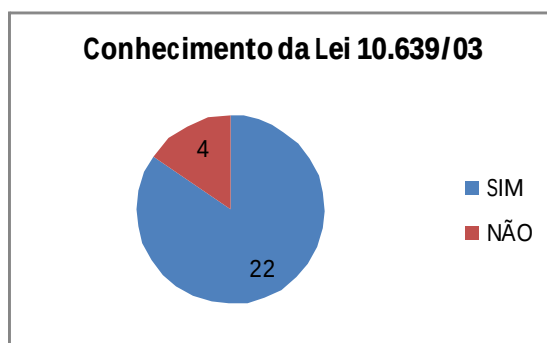


FIGURA 2: Conhecimento sobre a existência da Lei 10.639/03(coordenadores e professores)

Pode-se notar que 22 dos entrevistados mostraram que conheciam a Lei citada, enquanto apenas 4 entrevistados disseram não conhecê-la. Quando perguntados de onde conhecem a lei, os coordenadores responderam que foi através de cursos de coordenadores

pedagógicos, cursos pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e quando a referida Lei foi aprovada, todas as escolas receberam um memorando informando do que ela trata. Já os professores disseram que tem conhecimento sobre a existência da mesma através da própria escola, em congressos e simpósios que tratam sobre educação e docência e em cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado sobre a área.

Segundo Santos (2009), quando a Lei 10.639/03 foi sancionada tornando-a obrigatória no ensino fundamental e médio, percebeu-se a dificuldade em sua implementação na escola, principalmente com algumas exceções como, por exemplo, o fato dos professores nunca terem, em suas graduações, contato com a disciplina específica e a grande maioria dos livros didáticos de História não ter reservado o espaço para os alunos construírem o conhecimento sobre a temática.

Os cursos de formação continuada na área auxiliam os professores que não a estudaram durante a graduação a conhecer melhor a Lei 10.639/03 e a desenvolver práticas pedagógicas que manifestem as abordagens positivas do papel do negro no desenvolvimento e na formação da identidade da população brasileira.

Desde que a Lei 10.639/03 foi sancionada, as pesquisas desenvolvidas nas áreas são expostas aos profissionais da educação em eventos como simpósios e congressos, com a realização de debates para compreender a importância da Lei e a informar os professores o que devem mudar nas metodologias de ensino e na sua pedagogia, como também em suas posturas em sala de aula. No entanto, percebe-se que muitos professores ainda não possuem acesso a essas informações e que, portanto, a escola tem um papel fundamental de incentivar a formação continuada dos professores na temática (SANTOS, 2009).

A figura 3 apresenta o resultado do questionamento sobre a presença de alguma matéria que se relaciona com a História e Cultura Afras Brasileira, durante o curso de graduação.

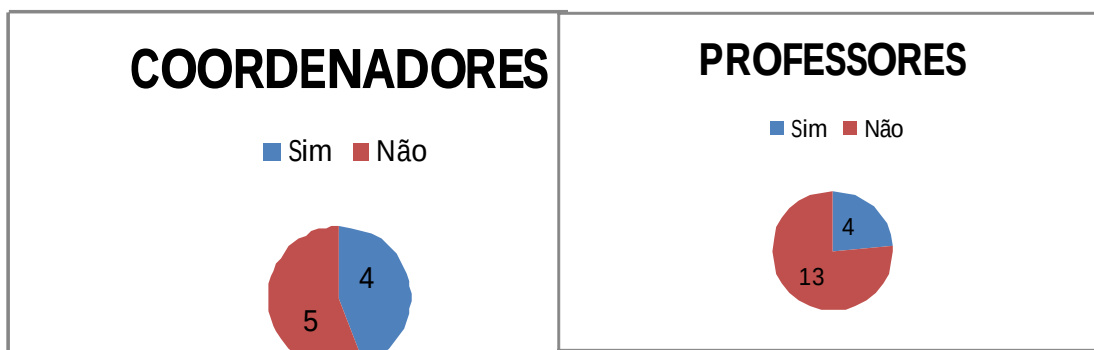


FIGURA 3: Curso presente na graduação (coordenadores e professores)

Essa questão identifica sobre a formação dos profissionais da educação durante a graduação 4 dos coordenadores confirmaram que tiveram, pelo menos uma matéria que se relacionava com a História e Cultura Afro-Brasileira. Porém, 5 afirmaram que não tiveram essa matéria durante a graduação, mas alguns citam que fizeram um curso a respeito.

No caso dos professores, 13 não tiveram alguma matéria que se relacionava com a História e Cultura Afro-Brasileira e 4 confirmaram que a tiveram.

A Lei 10.639/03 tornou-se parte integrante do currículo da graduação em 2004 por esse motivo percebe-se que alguns dos coordenadores e dos professores não tiveram essa disciplina durante a formação inicial.

A obrigatoriedade nos cursos de graduação vem mostrando que o Brasil começa a valorizar suas origens históricas e a vivenciar temáticas que estão muito próximas do cotidiano, não somente da sala de aula, mas de toda a sociedade.

A figura 4 apresenta o resultado do questionamento se os entrevistados receberam ou não, alguma orientação da Secretaria Estadual de Educação (SEE) de como trabalhar essa temática na sala de aula.

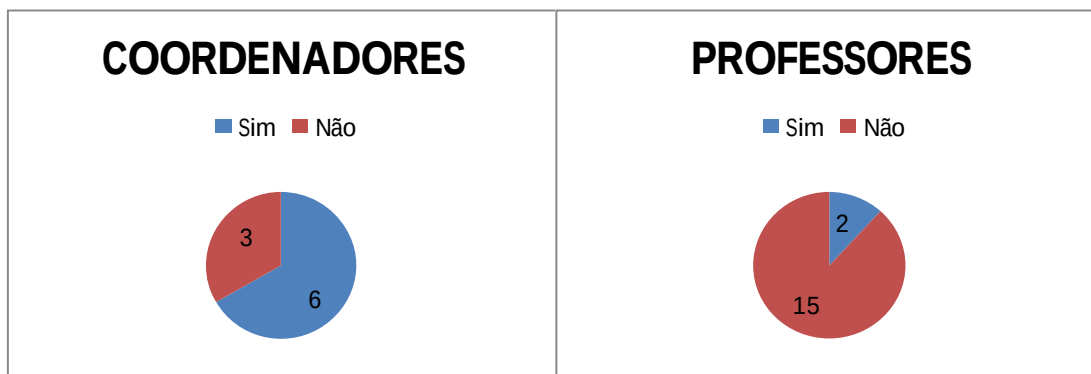


FIGURA 4: Treinamento oferecido pela SEE (coordenadores e professores)

A preparação do profissional para lidar com determinadas situações é de extrema relevância, uma vez que este estará confiante, desempenhando bem seu papel. No caso da Educação, não é diferente. A SEE é responsável pela qualificação dos profissionais da educação em relação à atualização de leis e normas vigentes, no intuito de orientar para o cumprimento das mesmas.

Pela figura 4, percebe-se que 3 dos coordenadores afirmam que não receberam treinamento da SEE e 6 receberam treinamento através de palestras com a temática em universidades como a Universidade Estadual de Goiás, cursos de formação continuada e cursos da SEE.

Quanto aos professores, 15 não recebem ou receberam nenhum treinamento da SEE sobre a temática e 2 disseram que sim, mas somente um curso rápido, ministrado apenas no início do ano letivo e abordando o tema de maneira geral.

Pode-se notar que é alto o número de profissionais que não fizeram nenhum curso específico para o cumprimento da lei em questão. A SEE não oferece capacitação adequada para os profissionais da educação, deixando com que as escolas orientem seus profissionais, agindo, na maioria das vezes, guiados pelos “achismos”, o que deixa a desejar na qualidade da aplicação da Lei.

A figura 5 apresenta o resultado do questionamento em relação às orientações dadas pela SEE para aplicação da Lei 10.639/03 na escola.

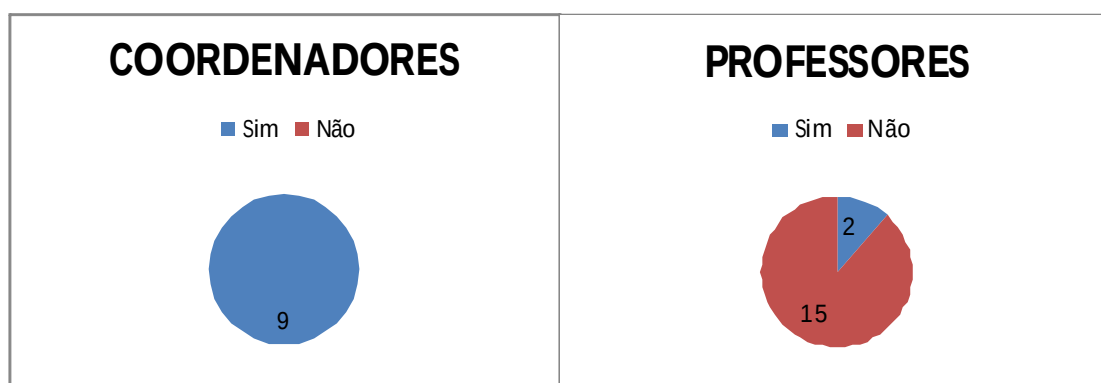


FIGURA 5: Orientações dadas pela SEE (coordenadores e professores)

Percebe-se que 9 dos coordenadores afirmaram positivamente que a SEE orienta a aplicação da Lei 10.639/03 com o intuito de diminuir o preconceito e auxiliar na formação de valores como a solidariedade, o respeito às diferenças, etc. Também orienta o trabalho através de aulas práticas, com pesquisas, projetos, entre outros, porém é aplicada com mais frequência na disciplina de história, com entrevistas e pesquisas, e em arte, com teatro, cartazes e danças.

Os professores nos revelam um resultado preocupante. 15 dos entrevistados afirmam que não recebem nenhuma orientação, enquanto somente 2 afirmam que recebem orientação para trabalhar com textos, imagens e vídeos.

Percebe-se, com esses dados que a SEE “deixa de lado” o professor e orienta com mais força o apoio administrativo, representado pela coordenação, a qual deve repassar essas orientações, que às vezes não são feitas por falta de tempo ou falta de interesse do próprio professor.

A figura 6 apresenta o resultado do questionamento sobre a frequência em que a temática é trabalhada no ano.

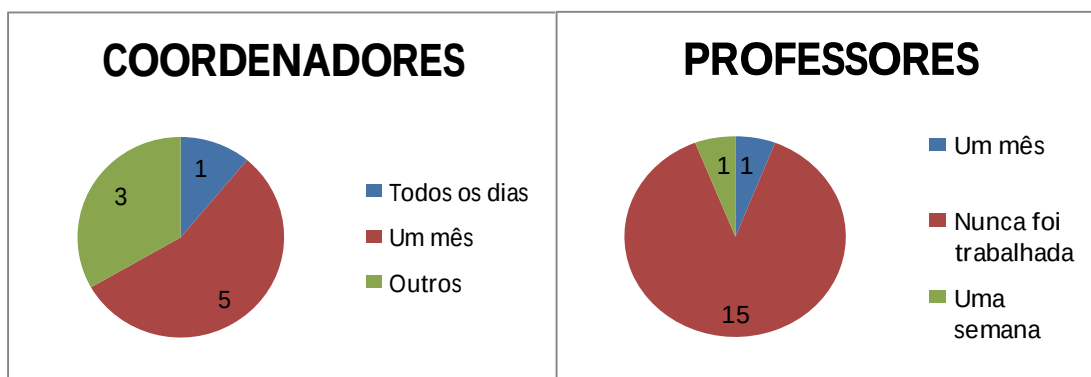


FIGURA 6: Frequência de aplicação da Lei 10.639/03 na escola (coordenadores e professores)

Nessa questão foram disponibilizadas seis alternativas: todos os dias, um dia, um mês, uma semana, nunca foi trabalhada e outros, caso a frequência não esteja descrita nas alternativas. Pediu-se aos professores de química marcar a frequência com que a Lei 10.639/03 é trabalhada nas suas aulas de química, e aos coordenadores a frequência que a mesma é tratada no ambiente escolar.

Dos coordenadores, 5 afirmaram que trabalham com a temática durante um mês, 1 afirmou que trabalha todos os dias e 3 marcaram outros e citaram que sempre trabalham entre os bimestres ou sempre que surgir a necessidade.

Quanto aos professores, 15 disseram que essa temática nunca foi trabalhada nas áreas da química, 1 afirmou que trabalha durante um mês e 1 durante uma semana.

Observa-se que, no contexto geral, a escola dedica apenas um mês para discutir e trabalhar a temática em sala de aula e a maioria dos professores nunca tentou aplicar a temática por falta de incentivo e até mesmo da própria falta de informações e de métodos de aplicação durante suas aulas.

Quando questionados sobre as metodologias empregadas para trabalhar a temática em sala de aula com a intenção de identificar, nas aulas de química, a abordagem da temática se torna presente todos os dias ou se apenas em determinadas épocas do ano, percebe-se, durante a entrevista, que a temática nunca foi trabalhada em sala de aula e, quando trabalhada, é utilizada em outras áreas como história e artes, que possuem apoio por partes dos pedagogos e geralmente é trabalhada no dia da Consciência Negra e quando é tratado o assunto de crenças folclóricas. Portanto os professores de química não recebem apoio dos pedagogos da escola e nem trabalham com a temática por entenderem que não existe nenhum vínculo com a química.

Já a maioria dos coordenadores afirma que é trabalhada com pesquisas, leituras,

projetos, cartazes, danças, relatórios, fotos, etc., geralmente em novembro para ser apresentados no dia 20 de novembro que é o dia que se comemora a Consciência Negra. Outros dizem que é tratado no cotidiano conforme surge o assunto em eventos na escola e que são incluídas bimestralmente, mas a sua culminância é no dia 20 de novembro.

A figura 7 apresenta o resultado do questionamento quando os entrevistados são questionados sobre a interdisciplinaridade nos trabalhos realizados para aplicação da Lei 10.639/03 na escola.

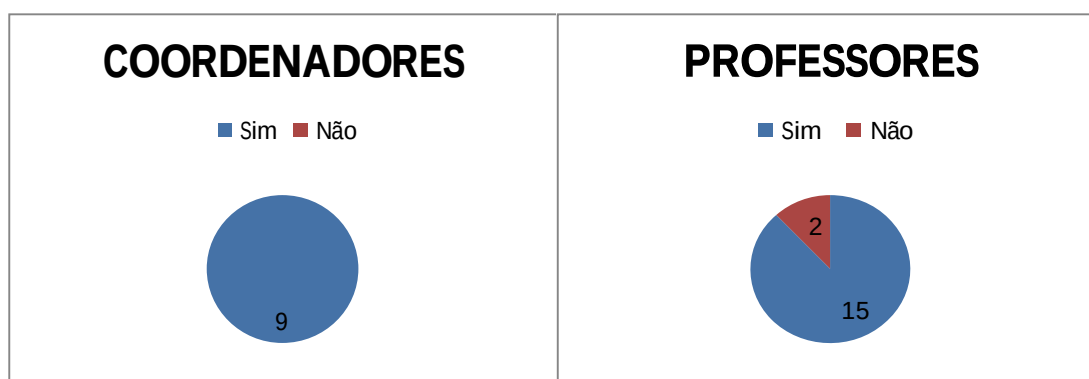


FIGURA 7: Interdisciplinaridade na aplicação da Lei 10.639/03 (coordenadores e professores)

Essa questão foi destinada apenas aos coordenadores e professores com o intuito de verificar quais as disciplinas que trabalham em conjunto para melhor aplicação da temática. Quando os coordenadores foram questionados sobre a existência da interdisciplinaridade na aplicação da Lei 10.639/03, 9 dos coordenadores afirmaram positivamente que esta existe.

Portanto, o que confirma todas as questões relatadas anteriormente é o fato de que há interdisciplinaridade entre história e arte e que os professores envolvem-se independente da disciplina que ministram.

A química ainda “deixa de lado” a temática ou participa como “assistente” no dia das apresentações, porém não é trabalhada no cotidiano da sala de aula com temas que envolvam o conteúdo estudado e sua relação com a temática da Lei 10.639/03.

Dos professores de química, 15 afirmaram que há existência da interdisciplinaridade, porém entre as disciplinas de história, arte e até mesmo geografia. A química continua sem atuar nessa temática e 2 afirmaram que não há interdisciplinaridade e que trabalham de forma isolada entre si, cada um com sua disciplina.

Os professores foram questionados sobre como a temática é tratada na sala de aula por eles mesmos. A maioria dos professores afirmou que a temática nunca foi trabalhada e nem é

tratada por eles nas aulas de química.

Com essa afirmação, observa-se a falta de material que auxilie estes professores a melhorar suas aulas e ao mesmo tempo diversificá-las, sendo necessária a união dos saberes dissociados entre as diversas disciplinas ministradas na escola.

Cerca de 3 professores afirmaram que, sempre que possível, utilizam o tema com assuntos do dia a dia. Já 5 professores trabalham essa temática em sala de aula, abordando assuntos como as especiarias trazidas pelos africanos nos navios negreiros (temperos e ervas), explicando sobre seus principais constituintes químicos, fórmulas químicas, sempre contextualizando com o ensino de química.

Com essa resposta, percebemos que há professores que buscam conhecer a temática por conta própria a aplicá-la em sala de aula para melhor desenvolvimento do cidadão (aluno) em formação, visando uma sociedade livre de preconceito.

A figura 8 apresenta o resultado do questionamento quando se é observado o interesse dos alunos em conhecer a História e Cultura Afro-Brasileira.

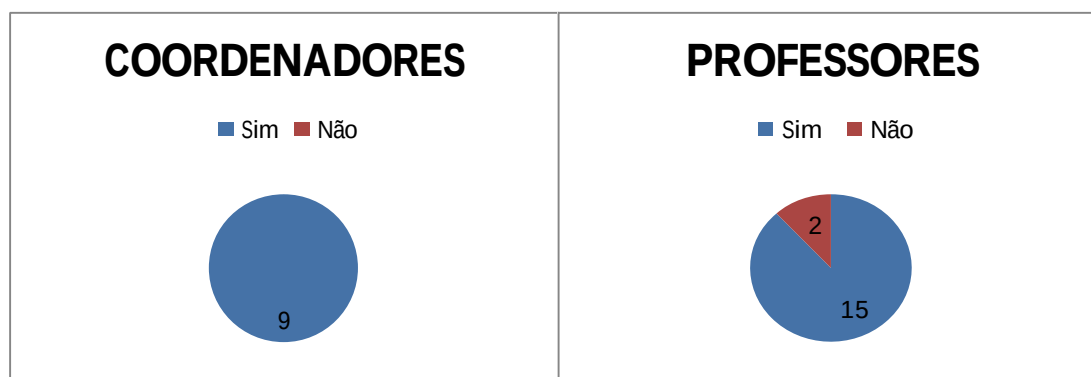


FIGURA 8: Interesse dos alunos sobre a história e cultura afro-brasileira (coordenadores e professores)

Os coordenadores em sua totalidade, 9, afirmam que os alunos são muito participativos e interessados principalmente pelas danças, músicas e arte. Já dos professores, 2 disseram que os alunos não são interessados sobre o tema e que só participam para obterem nota e se o professor não insistir nem isso eles querem. Mas em contra partida a maioria, 15, afirmaram que os alunos participam das atividades e que são atentos e dedicados no momento de apresentar o que estavam estudando.

Percebe-se, então, a dualidade de opiniões. Os coordenadores não conhecem a realidade da sala de aula tão bem quanto o professor que consegue perceber a reação dos alunos nas atividades, e que nem sempre é ouvido nos momentos de decisão sobre os projetos

que a escola irá desenvolver no ano letivo. Focando apenas no cumprimento de normas e leis, os coordenadores não verificam se realmente elas estão alcançando os objetivos quanto a formação do aluno descrito no próprio Projeto Político Pedagógico (PPP).

A figura 9 apresenta os resultados obtidos quando os entrevistados são questionados sobre a existência de preconceito racial entre os alunos e professores.

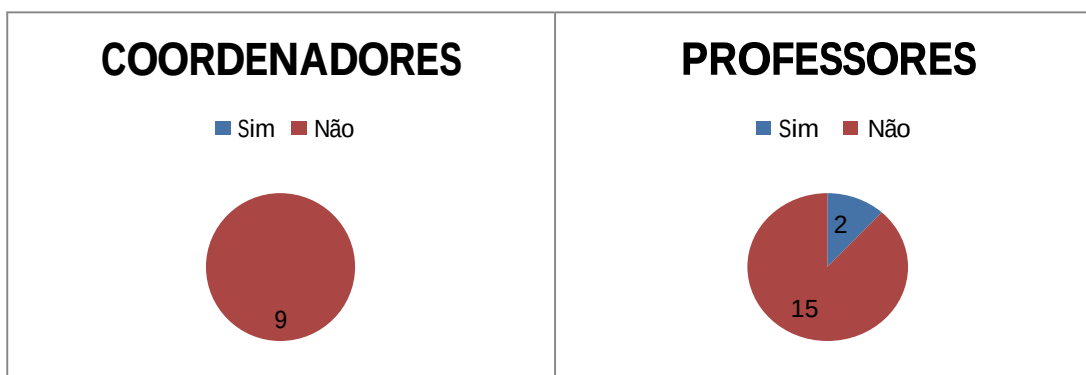


FIGURA 9: Percepção da existência de preconceito entre aluno e professor (coordenadores e professores)

Os coordenadores em totalidade, 9, afirmaram que não há preconceito entre eles, mas quanto aos professores, 15 afirmaram que não e 2 afirmaram que sim, e que já presenciaram o ato de preconceito entre professor com aluno, aluno com aluno e aluno com professor acontecendo e não tiveram reação em se manifestar.

Isso é um resultado preocupante. Como os responsáveis por buscar a diminuição do preconceito na formação de cidadãos conscientes da diversidade cultural do nosso país possam ter atitudes preconceituosas com seus alunos? E como os alunos, mesmo trabalhando com essa temática, possam ainda ter atitudes preconceituosas com o próximo?

São questões que realmente devem ser estudadas pelos governantes com mais seriedade, pois a construção de um país que respeite as diferenças inicia-se na família, uma vez que a escola contribui para a formação de profissionais qualificados que não apenas cumpram as normas e leis por cumprir simplesmente, mas que busquem desenvolvê-las nos ambientes profissionais e pessoais.

A figura 10 apresenta o resultado do questionamento quando os entrevistados relatam a frequência com que se é observado o preconceito racial no ambiente escolar.

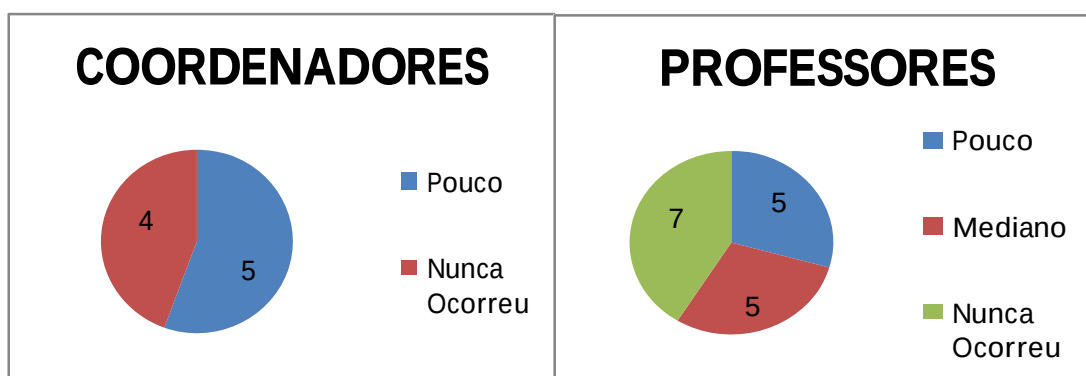


FIGURA 10: Frequência de relatos e observações de preconceito racial na escola (coordenadores e professores)

Nessa questão foram disponibilizadas cinco alternativas: pouco, mediano, grande, nunca ocorreu e outros, caso a frequência não esteja descrita nas alternativas.

Em relação aos coordenadores quando questionados 5 afirmaram que o preconceito racial ocorreu com pouca frequência, 4 disseram que nunca ocorreu o fato na escola. Com os professores os resultados variam, uma vez que 5 afirmaram que ocorreram com pouca frequência sendo bem baixa, 5 com frequência mediana, sendo mais regularmente e 7 nunca ocorreu.

A diferença nos resultados entre professores e coordenadores se dá pelo fato do professor estar mais próximo no dia a dia do aluno, podendo observar suas atitudes e reações com as situações em sala de aula e fora dela. O coordenador está mais presente na área administrativa, tendo pouco contato com os alunos e por isso não sendo tão atento aos detalhes da vivência em sala de aula. Observando os resultados apresentados, percebe-se que o ambiente escolar não é isento do preconceito racial, mas que a frequência, em contexto geral, pode ser considerada baixa e casual.

A figura 11 apresenta o resultado do questionamento se a Lei 10.639/03 ajuda a diminuir ou eliminar esse preconceito na escola.

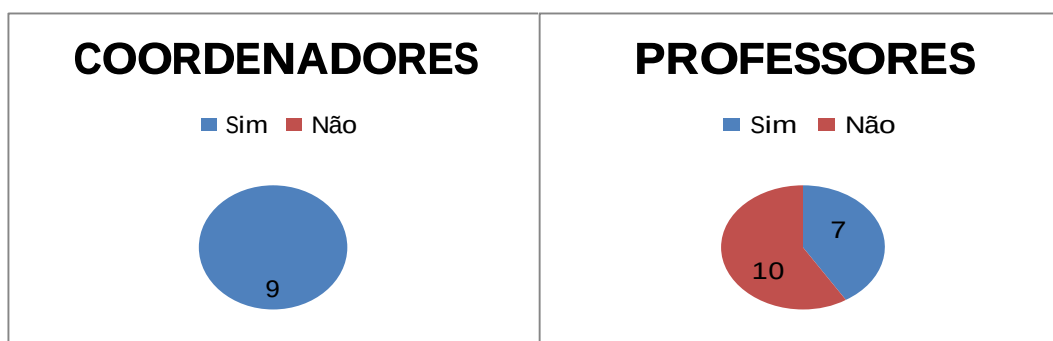


FIGURA 11: Qualidade da aplicação da Lei 10.639/03 (coordenadores e professores)

Essa questão tem como objetivo verificar a opinião dos coordenadores e professores sobre a aplicação da Lei 10.639/03 e sua efetividade dentro da escola. Os resultados obtidos foram distintos entre o grupo de entrevistados.

Os coordenadores afirmam em sua totalidade, 9, que a Lei 10.639/03 ajuda sim a eliminar ou diminuir o preconceito. Já dos professores, 10 dizem que não e 7 dizem que sim.

A diferença nos resultados entre os coordenadores e professores se dá pelo mesmo problema citado na questão 11, a falta da presença do coordenador no dia a dia da sala de aula. Os professores mais presentes no cotidiano da vida escolar possuem mais clareza na eficácia dos métodos trabalhados pela escola.

4.2 QUESTIONÁRIOS AOS CENTROS DE UMBANDA

O objetivo desse questionário foi entrevistar responsáveis por centros de manifestações de religiões afro-brasileiras e africanas localizadas no município de Itumbiara-Goiás, de como é a forma e o motivo da utilização das plantas em seus cultos. O questionário se encontra no Anexo A.

Os questionários possuem sete questões discursivas, onde as respostas do Centro A, Centro B e Centro C serão citadas resumidamente sem identificação.

Questão 01: Em que situação as plantas são utilizadas no terreiro?

Essa questão teve o objetivo de conhecer o motivo para que as plantas sejam usadas nos terreiros. Os Centros A, B e C responderam que são utilizadas em benzimentos, passe, descarrego, defumação e banhos.

Questão 02: Por que as pessoas procuram o terreiro de Umbanda?

Essa questão teve como objetivo conhecer as causas e os motivos pelos quais as pessoas procuram esse tipo de lugar para diversos fins. Em respostas os Centros A, B e C afirmaram que são procurados para uma infinidade de trabalhos tais como: encontrar a pessoa amada, trabalho de união, resolução de negócios difíceis, manter o emprego, fechamento de corpo, enviar de volta todo o mal que lhe fizeram e mais uma infinidade de coisas e motivos.

Questão 03: Quem executa as atividades realizadas aqui?

Essa questão tem por objetivo descobrir quem é o responsável por executar todas as atividades citadas no item anterior. Os Centros pesquisados afirmaram que são executados por

entidades guias como caboclos, pretos velhos, crianças, boiadeiros e exus, que são espíritos em evolução mais próximos a nós do plano terrestre e guias orientais que trabalham na cura de males físicos e espirituais.

Questão 04: Vocês utilizam plantas com frequência nos rituais?

Essa questão teve como objetivo de saber se as plantas são utilizadas nos centros de Umbanda. Todos os centros entrevistados afirmaram que sim.

Percebe-se que as plantas fazem parte da rotina desses terreiros. São usadas *in natura* ou secas, dependendo da facilidade com que são encontradas. Eles também afirmaram que a maneira como a planta é coletada interfere diretamente no resultado que se deseja alcançar nos rituais, dando sempre preferências às ervas frescas.

Questão 05: Que plantas vocês mais utilizam?

Nesta questão objetivou-se conhecer quais as plantas mais utilizadas no dia a dia de cada Centro. Pediu-se que citassem pelo menos cinco plantas. As citadas foram:

- Centro A: alecrim, guiné, arruda, alfazema e rosa branca.
- Centro B: arruda, manjerição, rosa branca, aroeira e guiné.
- Centro C: guiné, folha de fumo, abre caminho, alecrim e arruda.

Todos os centros citaram a planta em estudo nesse trabalho, a erva de guiné como uma das cinco plantas mais usadas, principalmente na forma de banhos de descarrego.

Questão 06: A erva de guiné é utilizada com frequência no terreiro?

Nesta questão objetivou-se saber se a planta de estudo, erva de guiné, é usada com frequência nos terreiros. Todos os três centros, responderam positivamente.

Eles destacaram que ela é “receitada” às pessoas que querem afastar o “mal olhado” na forma de banho e para afastar maus espíritos na forma de defumação.

Questão 07: Como e para que a erva de guiné é usada?

Essa questão teve como objetivo conhecer qual é a utilização da erva de guiné nos centros de Umbanda e para que tipo de ritual ela é utilizada.

Os centros entrevistados afirmaram que a erva de guiné é muito usada para banho de descarrego, geralmente sob infusão em água quente e defumação com carvão, onde se coloca a erva junto do carvão e esfumaça toda a casa.

Portanto percebe-se que a erva é muito utilizada em rituais de limpeza e purificação da alma, associadas a outras plantas. É uma receita que a pessoa segue em casa sempre com muita fé durante a realização do ritual.

4.3 PLANO DE AULA

Segue no Anexo B a proposta de aula direcionada à aplicação da Lei 10.639/03 na disciplina de Química no intuito de mostrar uma nova metodologia de trabalho. Com esse plano de aula os professores da área estarão mais bem direcionados no cumprimento da lei e a produção de novas ideias de aplicação.

O objetivo desse plano de aula é utilizar a erva de guiné, que possui origem africana, como instrumento prático do conteúdo de química ministrado no 1º ano do Ensino Médio, representado pelo processo de separação de mistura. Essa temática pode ser considerada com dificuldade média entre as aulas por ser um conteúdo extenso e muito teórico e com várias definições que, se não estudadas corretamente, o aluno perderá o sentido e não conseguirá fazer uma aproximação com a sua vivência fora da escola.

Para auxiliar a aplicação dessa temática é sugerido como método de aplicação, além do uso da erva de guiné como meio facilitador da construção do conhecimento e da demonstração de várias maneiras de se extrair o princípio ativo de plantas, que possuem origem africana, abordar também seu uso na fitoterapia (o estudo das plantas medicinais). As plantas medicinais são muito utilizadas para a preparação de remédios. Desde as “folhas de chás” e até as plantas cultivadas por grandes empresas farmacêuticas que agem devido ao seu princípio ativo (BRANDÃO, 1997).

Envolvido com esse tema, o professor, poderá trabalhar a questão da importância das plantas nos terreiro de Umbanda para benzimentos, passes, banhos, entre outros. Também poderá abordar as causas mais comuns pelos quais eles são procurados como para proteção, procura ou manter o emprego, fechamento do corpo, etc., conhecendo as atividades que são realizadas e as plantas que são mais utilizadas como a arruda e o alecrim.

Segundo a entrevista realizada nos Centro de Umbanda da cidade de Itumbiara-GO o professor deve abordar que as plantas são muito utilizadas nos terreiro e são bastante importantes durante a cerimônia sempre dando preferência as ervas frescas, pois o estado da planta interfere diretamente no resultado que se deseja alcançar. Deve-se abordar também sobre outras plantas frequentemente utilizadas como a arruda, o alecrim, o manjerição entre

outras e a função de cada uma como, por exemplo, a erva de guiné e o alecrim são especialmente usados para proteção e benzimento, lembrando que todo o ritual com as plantas deve ser realizado com muita fé.

A erva de guiné deve ser destacada enfatizando sua importância e a frequência do seu uso nos rituais. O professor também poderá demonstrar como ela é aplicada nos terreiros de Umbanda, como meio de proteção, mostrando fotos ou vídeos. O importante é que o professor deve sempre mediar as discussões em sala de aula para que a mesma não se torne discussão sobre religião, mas sim o uso da erva de guiné na medicina popular e nos rituais religiosos dos terreiros de Umbanda.

Com auxílio de experimentos sugeridos no Anexo D, a aplicação da temática discutida nesse trabalho torna-se mais eficiente se ministradas em duas ou três aulas. Este trabalho sugerido pode ser utilizado em diferentes séries, bastando o professor adequar a metodologia e o conteúdo à série em questão.

Os vídeos também são um ótimo recurso para trabalhar a Lei 10.639/03 na disciplina de Química, juntamente com experimentos ou caso o professor não tenha condições de realizar as atividades em um laboratório de química. Há vários sites que disponibiliza uma variedade de vídeos sobre a temática de fitoterápicos, basta o professor escolher o que mais auxiliará na aplicação da atividade.

As atividades sugeridas para serem aplicadas junto com a aula têm a intenção de não serem apenas expositivas e dialogadas, a fim de que os alunos consigam interagir entre si e com o professor para um melhor rendimento e entendimento do conteúdo. Faz-se necessário para completar a atividade a aplicação de uma cruzadinha produzida em programas online que oferecem o recurso da produção da mesma com facilidade e rapidez, gratuitamente, e também a aplicação de uma aula experimental para a produção de uma vela aromatizada, as atividades constam respectivamente nos Anexos C e D.

5 CONCLUSÃO

Em virtude da pesquisa e da coleta de dados para este Trabalho de Conclusão de Curso pode-se concluir que a temática que abrange a Lei 10.639/03, que garante a obrigatoriedade nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, na cidade de Itumbiara-Goiás, não é muito conhecida pelos professores de Química e nem mesmo é trabalhada na disciplina. Isso é um fator preocupante, não apenas pelo descumprimento de uma lei, mas envolve a privação na formação de jovens do conhecimento de suas raízes, gerações e identidades enquanto cidadãos capazes de pensar e agir por si mesmos.

O ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira deve ser oferecido durante todo o período letivo, abordando temáticas do cotidiano do aluno e, principalmente, promovendo a interdisciplinaridade para que o conhecimento não seja fragmentado e isolado entre si. Na disciplina de química essa questão também deve ser trabalhada, sendo que nas entrevistas os professores da área não manifestaram ideias e metodologias diferentes para trabalhar essa temática em sala de aula, ficando, de certo modo, “acomodados” e aceitando que apenas as disciplinas de artes e história promovam esse conhecimento.

As plantas de origem africana são boas auxiliares para aplicação da lei em sala de aula. O presente trabalho foi utilizada a erva de guiné, pois é fácil de se encontrar na cidade e em grande quantidade. Aliada a uma metodologia de baixo custo, o professor é capaz de promover interdisciplinaridade, oferecendo ao aluno conhecimento sobre a história, religião e o conteúdo por si próprio.

Outro ponto importante que deve ser analisado é a construção do conhecimento nessa temática, a qual não deve ser feita sobre a forma de preconceito e conceitos pré-estabelecidos pelo professor, pois este deve ser o mediador do conhecimento para que o aluno consiga formar uma opinião própria sobre o tema. A Lei 10.639/03 deve ser aplicada respeitando as crenças e costumes vigentes, fazendo com que o aluno busque, mediante a curiosidade, a origem de sua própria identidade e buscando o fim do preconceito que ainda se perpetua na sociedade brasileira.

Esta pesquisa resultou em um início de especulações e resultados que possibilitarão o desenvolvimento de novas pesquisas. A Lei 10.639/03 abre espaço para a execução de novas pesquisas para alunos de cursos de Licenciatura em Química, buscando novas metodologias de ensino para uma sociedade miscigenada que busca respeitar e valorizar a história das

peessoas que contruíram o país e que participaram da formação da nossa cultura e das nossas crenças.

6 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Maria G. Lins. **Plantas Medicinais**. Coleção: Quem sabe faz saúde. Pró reitoria de extensão-UFMG, 1997. Disponível em: <http://www.dataplamt.org.br/publicacoes/cartilha_mauricio_de_sousa.pdf> Acesso em: 06 de julho de 2013.

BRASIL. **Censo Escolar 2010**: resumo teórico; versão preliminar. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-senso>>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos**. Outubro, 2004. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task...>. Acesso em: 08 de novembro de 2013.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art26a>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2013.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio). Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2013.

CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. Amansa-Senhor: a arma dos negros contra seus senhores. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 4, n. 8, jul./dez. 2007, p. 31-42. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/830/537>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

CAMPOS, Leonardo Spicacci; RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. A educação de jovens e adultos na indústria: formando a mão de obra brasileira para o século XXI. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, São Paulo, v. 1, n. 2, 2011.

CHASSOT, Áttico. **Catalisando transformações na educação**. Injuí: Unijuí, 1993.

COUTO, Mery Elizabeth Oliveira. **Coleção de plantas medicinais aromáticas e condimentares**. Pelotas, 2006. Disponível em: <<http://www.cpact.embrapa.br/publicacoes/documentos/documento-157.pdf>> Acesso em: 24 de maio de 2013.

CUNHA, Henrique. **Tecnologia Africana na Formação Brasileira**, 1 ed. Rio de Janeiro,

Editora CEAP, 2010, p. 11-20. Disponível em: <http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/268> Acesso em: 23 de março de 2013.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário dos Trabalhadores 2007**. São Paulo: Ateneu, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura Negra e Educação**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n.23, p.75-85, maio/jun/jul/ago 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a05.pdf>> Acesso em: 23 de março de 2013.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. 2 ed. São Paulo: Editora Selo Negro, 2004. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=88KI6pZyJDwC&printsec=frontcover&source=gbg_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

MAFRO, MUSEU AFRO-BRASILEIRO. **Setor Religiosidade afro-brasileira**: Projeto de Atuação Pedagógica e Capacitação de Jovens Monitores. Universidade Federal da Bahia, 2006. Disponível em: <<http://www.mafro.ceao.ufba.br/userfiles/files/Material%20do%20Professor%20-%20Afro-Brasileiro.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2013.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. Disponível em: <<http://www.ipeafro.org.br/taober-admin/fotos/2010,08,23-118a3.pdf>> Acesso em: 23 de março de 2013.

QUADROS, Ana Luiza. de; SILVA, Dayse Carvalho da S.; ANDRADE, Frank Pereira de; ALEME, Helga Gabriela; OLIVEIRA, Sheila Rodrigues; SILVA, Gilson de Freitas. Ensinar e aprender Química: a percepção dos professores do Ensino Médio. **Educar em Revista**, Curitiba, n.40, p. 159-176, jun. 2011.

RIVAS NETO, Francisco; RIVAS, Maria Elise Machado; VUSCOVICH, José Luis Rojas; ROCHA, Yuri Tavares. **Ervas nas religiões afro-brasileiras**. *Revista Triplov de Artes, Religiões e Ciências*, São Paulo, nova série, n. 28, jun. 2012. Disponível em: <http://novaserie.revista.triplov.com/numero_28/yuri-rocha/index.html> Acesso em: 01 de abril de 2014.

SANTOS, Jocéli Domanski Gomes dos. **A Lei 10.639/03 e a importância de sua implementação na educação básica**. 2009. Disponível em <http://www.nre.seed.pr.gov.br/uniaodavitoria/arquivos/File/Equipe/Disciplinas/Biologia/A_LEI_10639_03_E_A_IMPORTANCIA_DE_SUA_IMPLEMENTACAO.pdf> Acesso: 08 de junho de 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis:

Vozes, p.73-102. 2000. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/sociology/1984058-produ%C3%A7%C3%A3o-social-da-identidade-da/#ixzz2pMwkWpr5>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Cidadania, relações étnico - raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 705-718, set/dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a04.pdf>>. Acesso em: 23 de março de 2013.

7 ANEXO A

ENTREVISTA NA ESCOLA

OBJETIVO: Entrevistar coordenadores ou diretores das escolas da Rede Estadual do município de Itumbiara-Goiás como é a aplicação efetiva da Lei 10.639/03 no ambiente de ensino tanto em sala de aula quanto em atividades desenvolvidas em conjunto com a sociedade escolar (pais, professores, coordenadores, diretores e alunos).

1- Você já ouviu falar da Lei 10.639/03 que torna obrigatória o ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira?

☐ SIM ☐ NÃO |

Se sim, onde?

2- Durante sua graduação você teve alguma matéria que se relacionava com a História e Cultura Afro-Brasileira?

☐ SIM ☐ NÃO |

3- Vocês recebem ou já receberam treinamento da Secretaria Estadual de Educação de como trabalhar essa temática em sala de aula?

☐ SIM ☐ NÃO |

Se sim, quais?

4- A Secretaria Estadual de Educação orienta para aplicar a Lei 10.639/03 na escola. Você pode citar algumas?

☐ SIM ☐ NÃO |

5- Vocês trabalham essa temática com que frequência no ano?

a) Todos os dias

d) Um dia

b) Um mês

e) Nunca foi trabalhada

c) Uma semana

f) Outros: _____

6- Em que época do ano ela é incluída no dia-a-dia dos alunos? Em algum dia

específico? Como essa temática é trabalhada em sala de aula?

7- Há interdisciplinaridade nos trabalhos realizados para aplicar a Lei 10.639/ 03 na escola?

☐ SIM ☐ NÃO |

Se sim, cite alguns.

8- Os alunos mostram-se interessados em conhecer a História e Cultura Afro-Brasileira?

☐ SIM ☐ NÃO |

Se sim, como?

9- Vocês percebem se existe preconceito racial entre os alunos e professores?

☐ SIM ☐ NÃO |

10- Com que frequência há relatos ou é observado no ambiente escolar o preconceito racial?

a) Pouco

c) Grande

e) Outros: _____

b) Mediano

d) Nunca ocorreu

11 - A Lei 10.639/03 tem ajudado a eliminar ou diminuir esse preconceito na escola?

☐ SIM ☐ NÃO |

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

OBJETIVO: Entrevistar professores de química das escolas da Rede Pública do município de Itumbiara-Goiás como é a aplicação efetiva da Lei 10.639/03 no ambiente de ensino tanto em sala de aula quanto em atividades desenvolvidas em conjunto com a sociedade escolar (pais, professores, coordenadores, diretores e alunos).

1- Você já ouviu falar da Lei 10.639/03 que torna obrigatória o ensino sobre a História e Cultura Afro-brasileira?

☐ SIM ☐ NÃO |

Se sim, quais?

2- Durante sua graduação você teve alguma matéria que se relacionava com a História e Cultura Afro-Brasileira?

☐ SIM ☐ NÃO |

3- Vocês recebem ou já receberam treinamento da Secretaria Estadual de Educação de como trabalhar essa temática em sala de aula?

☐ SIM ☐ NÃO |

Se sim, quais?

4- A Secretaria Estadual de Educação orienta para aplicar a Lei 10.639/03 na escola. Você pode citar algumas?

☐ SIM ☐ NÃO |

5- Vocês trabalham essa temática com que frequência no ano?

a) Todos os dias

d) Um dia

b) Um mês

e) Nunca foi trabalhada

c) Uma semana

f) Outros: _____

6- Em que época do ano ela é incluída no dia-a-dia dos alunos? Em algum dia específico?

7- Como você trabalha essa temática em sala de aula?

8- Há interdisciplinaridade nos trabalhos realizados para aplicar a Lei 10.639/ 03 na escola?

☐ SIM ☐ NÃO |

Se sim, cite alguns.

9- Os alunos mostram-se interessados em conhecer a História e Cultura Afro-Brasileira?

☐ SIM ☐ NÃO |

Se sim, como?

10- Vocês percebem se existe preconceito racial entre os alunos e professores?

☐ SIM ☐ NÃO |

11- Com que frequência há relatos ou é observado no ambiente escolar o preconceito racial?

- a) Pouco c) Grande e) Outros: _____
b) Mediano d) Nunca ocorreu

12 - A Lei 10.639/03 tem ajudado a eliminar ou diminuir esse preconceito na escola?

☐ SIM ☐ NÃO |

QUESTIONÁRIO PARA RESPONSÁVEIS POR CENTROS DE MANIFESTAÇÕES DE RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRA E AFRICANAS

OBJETIVO: Entrevistar responsáveis por centros de manifestações de religiões afro-brasileiras e africanas localizadas no município de Itumbiara-Goiás como é a forma e motivo da utilização das plantas em seus cultos.

1- Em que situação as plantas são utilizadas no terreiro?

2- Por que as pessoas procuram o terreiro de Umbanda?

3- Quem executa as atividades realizadas aqui?

4- Vocês utilizam plantas com frequências nos rituais?

☐ SIM ☐ NÃO |

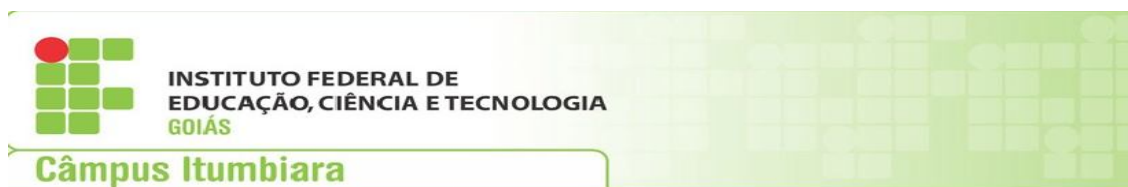
5- Que plantas vocês mais utilizam?

6- A erva de guiné é utilizada com frequência no terreiro?

☐ SIM ☐ NÃO |

7- Como e para que a erva de guiné é usada?

8 ANEXO B



Plano de Aula

1. Dados de Identificação

1. Turma: 1º ano do Ensino Médio

2. Duração: 2 a 3 aulas com duração de 45 minutos cada

2. Tema Central:

Processos de separação de misturas

3. Objetivo Geral:

O objetivo geral dessa aula é introduzir os conceitos de fitoterapia e medicina natural relacionando a química com os métodos de extração do princípio ativo de plantas originadas da África e que são usadas para tratamento de doenças na nossa região.

4. Objetivos Específicos:

Os objetivos específicos dessa aula são: fazer com que os alunos entendam o conceito de fitoterapia e sua ligação com a medicina natural, conhecer as plantas que encontramos na nossa região e fazer a ligação com as origens históricas das mesmas, compreender quais são os principais métodos de extração do princípio ativo das plantas que são utilizadas na química natural. Desenvolver a capacidade de o aluno aplicar propriedades físicas e químicas das substâncias de forma a elaborar métodos de separações de misturas; fazê-lo perceber que muitos desses métodos são corriqueiros e encontrados facilmente em sua própria casa, em aplicações domésticas.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Fitoterapia e medicina natural

5.1.1. Plantas de origem africana que são utilizadas no tratamento de doenças;

5.1.2. Extração a frio, extração a quente em sistema aberto e extração a quente em sistema fechado.

6. Metodologia:

6.1. Atividade inicial:

1º momento: discutir com os alunos o que se conhece por medicina natural e fitoterapia e sua utilização no seu dia a dia.

2º Explicar os motivos da utilização das plantas nos terreiros de Umbanda e os motivos pelos quais são procurados abordando quem são os responsáveis pelos rituais e a frequência em que, as plantas, são usadas.

3º momento: Mostrar como são preparadas as plantas para os rituais dos Centros de Umbanda e quais são as cinco plantas mais utilizadas nos mesmos na cidade de Itumbiara

4º momento: relacionar o uso medicinal das plantas com a cultura africana e na religião de Umbanda dando ênfase na erva de guiné, planta conhecida na região, e sua aplicação nos rituais bem como o método de sua utilização como por exemplo para benzimentos e passes.

5º momento: contextualizar a disciplina de química com a cultura africana por intermédio da fitoterapia com ênfase na erva de guiné.

6.2. Atividade de desenvolvimento:

1º momento: Discutir a importância das plantas na medicina afro-brasileira exemplificando com plantas encontradas na região, que possuem origem africana, e como elas são utilizadas na nossa região por nossa família, amigos e vizinhos.

2º momento: mostrar o que é o princípio ativo e como são usados na fitoterapia.

3º momento: iniciar os métodos de extração desse princípio ativo utilizado pelas indústrias farmacêuticas correlacionando com os métodos de extração utilizados em casa. Os métodos de extração abordados na aula serão divididos em: a) extrações a frio, b) extrações a quente em sistemas abertos e c) extrações a quente em sistemas fechados. Serão divididos nos seguintes subitens:

a) Extração a frio:

1- Maceração

2- Percolação

b) Extração a quente em sistema aberto:

1- Infusão

2- Decocção

c) Extração a quente em sistema fechado:

- 1- Arraste por vapor d água
- 2- Extração em aparelho de Soxhlet

7. Atividade Avaliativa:

A avaliação será por intermédio de uma cruzadinha relacionada com o tema da aula e de uma atividade experimental que é a produção de vela aromática com o extrato da erva de guiné

8. Recursos didáticos:

- Data Show e notebook;
- Quadro branco e pincel;
- Caixa de som (caso necessário);
- Extensão.

9. Referências Bibliográficas:

MIYAKE, Thaila. **Métodos de extração e fracionamento de extratos vegetais**. Disponível em: <http://www.uepg.br/fitofar/dados/tecnicasextrativas.pdf>

CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. Amansa-Senhor: a arma dos negros contra seus senhores. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 4, n. 8, jul./dez. 2007, p. 31-42. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/830/537>>

9 ANEXO C

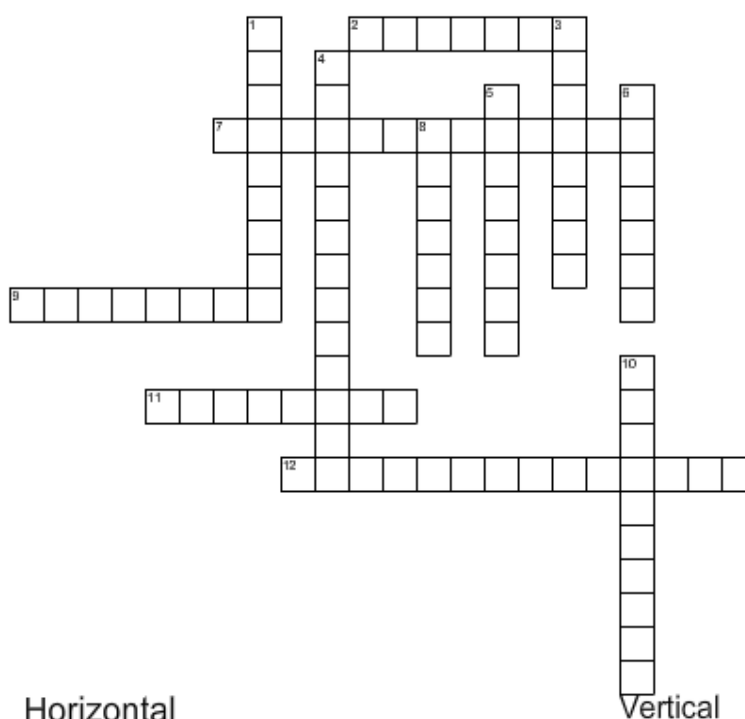


INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIÁS

Câmpus Itumbiara

NOME: _____

CRUZADINHA



Horizontal

Vertical

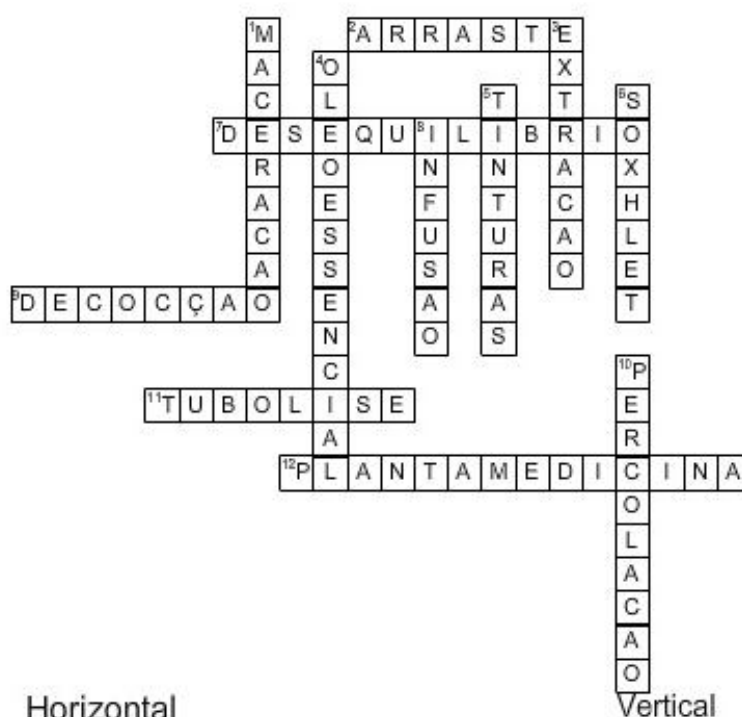
- | | |
|--|---|
| <p>2. Utilizado para extração de óleos voláteis.</p> <p>7. Como a doença é vista nas religiões afro-brasileiras?</p> <p>9. Extração onde o material vegetal entra em contato com o solvente.</p> <p>11. Extração que ocorre concomitantemente com a redução do tamanho da partícula.</p> <p>12. Qual é o principal componente da medicina tradicional?</p> | <p>1. É a operação na qual a extração é realizada em recipiente fechado em temperatura ambiente</p> <p>3. Termo que significa retirar as substâncias contidas no vegetal.</p> <p>4. Produto obtido por ação do calor.</p> <p>5. Produto obtido por ação do solvente.</p> <p>6. Utilizado para extração de sólidos com solventes voláteis.</p> <p>8. Extração que ocorre pela permanência do material vegetal num recipiente tampado.</p> <p>10. Processo dinâmico onde se faz o arrastamento do princípio ativo pela passagem contínua do líquido</p> |
|--|---|



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIÁS

Câmpus Itumbiara

RESPOSTA CRUZADINHA



Horizontal

Vertical

2. Utilizado para extração de óleos voláteis.
7. Como a doença é vista nas religiões afro-brasileiras?
9. Extração onde o material vegetal entra em contato com solvente.
11. Extração que ocorre concomitantemente com a redução do tamanho da partícula.
12. Qual é o principal componente da medicina tradicional?
1. É a operação na qual a extração é realizada em recipiente fechado em temperatura ambiente
3. Termo que significa retirar as substâncias contidas no vegetal.
4. Produto obtido por ação do calor.
5. Produto obtido por ação do solvente.
6. Utilizado para extração de sólidos com solventes voláteis.
8. Extração que ocorre pela permanência do material vegetal num recipiente tampado.
10. Processo dinâmico onde se faz o arrastamento do princípio ativo pela passagem contínua do líquido

10 ANEXO D

ROTEIRO: PRODUÇÃO DE VELA AROMÁTICA COM O EXTRATO DA ERVA DE GUINÉ

Objetivo: extrair o extrato da erva de guiné utilizando as técnicas de extração explicadas em sala de aula para a produção da vela aromática.

Um pouco sobre a Erva de Guiné:

É uma planta lenhosa, com caule ereto, medindo até 2m de altura, considerada pelo povo como um escudo mágico contra malefícios. Apresenta longos ramos delgados ascendentes. As folhas são elípticas, oblongas, curto-pecioladas e acuminadas no ápice, com até 12 cm de comprimento e 5 cm de largura. As flores são pequenas e sésseis.

O fruto é uma pequena cápsula. É encontrada em várias partes do Brasil, especialmente nos estados do Nordeste e da Amazônia, sendo muito comum na Ilha de Marajó (PA). É uma planta aromática, que exala um odor muito forte

Utilizada no combate a fungos, bactérias e vírus. Também é considerada antiinflamatória e analgésica. A decocção de folhas e raiz, bem como a tintura, é empregada no combate ao reumatismo, na forma de fricção.

A decocção de folhas e raízes, bebida em pequeníssimas doses, combate a hipotermia. O cozimento das folhas, é usado na lavagem vaginal, como anti-infeccioso. A combustão das folhas dessecadas produz uma fumaça de cheiro acre, que serve para afugentar mosquitos.

Na Umbanda a erva de guiné em um ambiente tem o poder de criar um "campo de força" de proteção, bloqueando as energias negativas e emitindo vibrações otimistas. Atrai sorte e felicidade. Cria uma energia de bem-estar nos ambientes, é utilizada em sacudimentos residenciais pessoais e comerciais, em banhos, em vasos como proteção e também é muito utilizada pelos caboclos e pretos velhos em suas rezas e curas. A erva de guiné também é receitado, em casos onde haja muita necessidade de descarga energética, em banhos, que devem sempre ser tomados do pescoço para baixo, exceto quando a entidade de confiança ou um Zelador confiável receitam diferente. Esta erva também é muito empregada em defumações, com as mesmas propriedades do banho. O banho de guiné tem a propriedade de transmutar energias negativas em positivas.

Materiais Necessários

- Parafina;
- Copinhos de vidro;
- Conjunto para banho-maria;
- Corante na cor de sua preferência;
- Pavio;
- Palito de dentes;
- Prendedor de roupas;
- Extrato da erva de guiné;
- Termômetro;
- Cola bonder.

Modo de preparo

Pique a parafina em pequenos pedaços, e coloque-os para derreter lentamente em um recipiente de metal em banho-maria. Quando a parafina começar a se dissolver, adicione algumas gotas de corante, para dar a cor desejada na sua vela. Adicione também algumas gotas do óleo essencial, que trará o aroma para sua vela.

Tanto o corante como o óleo essencial devem ser pingados aos poucos, até que você obtenha o resultado desejado. Agora, com a parafina derretida, você deve medir sua temperatura, que não deve ser maior que 80 graus, para que o óleo essencial não evapore.

O calor acima dos 80 graus também pode fazer a parafina entrar em combustão, portanto cuidado. Retire a parafina do fogo nesta temperatura.

Corte o pavio em um tamanho maior do que o copo, para dar mais sustentação na vela. Pegue o copo, e cole o pavio no centro dele, com um pingo de cola bonder. Utilize o prendedor de roupas para apoiar o pavio.

Coloque o copo sobre uma toalha ou papelão, para que a parafina não danifique a mesa. É hora de despejar a parafina no copo, com muito cuidado para dar o formato ideal na sua vela. Quando a parafina ficar viscosa, faça pequenos furos na vela, para evitar o aparecimento de bolhas de ar.

O resfriamento da parafina também faz o meio da vela afundar, e por isso você deve colocar um pouco mais de parafina derretida para completar os furos e o vão que se formou.

Depois você deve deixar sua vela esfriar por pelo menos duas horas, para que a parafina seque por completo. Daí você pode retirar o palito de apoio do pavio, e aparar sua ponta. Com

isso sua vela aromatizada estará pronta para uso.

SUGESTÃO: O professor pode separar a turma em grupos e cada um utilizar um método de extração diferente colocando a mesma quantidade de extrato para verificar qual método é mais eficiente. Cuidado ao manusear a parafina quente, se faz necessário a ajuda de um adulto. Em seguida as velas podem ser expostas para o restante da escola.